

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JULIA MYSKIW COSTA OLIVEIRA

**Mulheres brasileiras e o fenômeno da pobreza:** uma análise para o  
período de 2012 a 2018.

Florianópolis  
2020

JULIA MYSKIW COSTA OLIVEIRA

**Mulheres brasileiras e o fenômeno da pobreza:** uma análise para o período de 2012 a 2018.

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Liana Bohn.

Florianópolis, 2020

Ficha de identificação da obra

Oliveira, Julia Myskiw Costa

Mulheres brasileiras e o fenômeno da pobreza: uma análise para o período de 2012 a 2018. / Julia Myskiw Costa Oliveira ; orientador, Liana Bohn, 2020.

62 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Pobreza Feminina. 3. Gênero. 4. Linhas de pobreza. I. Bohn, Liana . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

Julia Myskiw Costa Oliveira

**Mulheres brasileiras e o fenômeno da pobreza: uma análise para o período de 2012 a 2018.**

Florianópolis, 07 de dezembro de 2020.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Liana Bohn

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Marianne Zwilling Stampe

Universidade do Estado de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Economia por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente  
Liana Bohn  
Data: 10/12/2020 12:41:49-0300  
CPF: 009.477.120-03

---

Prof.(a) Liana Bohn

Orientador(a)

Florianópolis, 2020

*Dedico este trabalho à minha mãe (in memoriam) e ao meu pai, obrigada por me ensinarem desde cedo a importância do conhecimento.*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos não se referem apenas a esta monografia, mas a uma vida repleta de aprendizados, conquistas, acertos e erros. Meus mais sinceros agradecimentos a todos os brasileiros que contribuem para a existência de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade, como é a UFSC. À professora Solange, que me orientou e auxiliou no projeto e nas fases iniciais desta monografia. À professora Liana, que aceitou me ajudar nas fases finais e dedicou seu tempo para que esta monografia fosse finalizada. Aos meus pais, meus professores de vida, se hoje sou quem sou, o mérito é de vocês dois. Meu pai Adilson, que sempre me apoiou em minhas decisões, e me incentivou a sair de casa em busca dos meus sonhos. Minha mãe Maria Luiza, que mesmo não estando mais nesse plano, é minha maior inspiração, me ensinou desde o início a importância dos estudos, e somente a educação nos abre portas inimagináveis. Tenho muito orgulho de ser filha de dois professores, e sem eles eu não estaria aqui! À minha irmã Ana, pelo apoio e parceria em todos os momentos. Aos meus avós, que proporcionaram minha estabilidade ao longo dos anos morando fora, meus mais sinceros agradecimentos. Ao meu amigo e irmão Murilo, que me incentivou a prestar o vestibular em 2014, sem sua insistência Florianópolis nunca estaria nos meus planos, serei eternamente grata. Aos meus amigos (Gui, Luana, Mari, e muitos outros), que estiveram sempre ao meu lado, nos momentos mais difíceis e nos mais felizes, nas tristezas e nas alegrias. Agradeço também a cada mulher que lutou para que hoje eu tivesse todas as oportunidades que uma mulher brasileira tem, salvo todas as dificuldades que as mulheres ainda enfrentam. E por último e não menos importante, uma pessoa que conheci ao longo da graduação e que fez toda diferença no meu crescimento e amadurecimento pessoal. Estar ao seu lado é ter certeza absoluta de que existem pessoas que realmente se importam conosco. É uma pessoa que vou levar para sempre comigo em minha vida. Minha namorada, Ana Liria.

## RESUMO

Tendo em vista que a pobreza atinge diferentes grupos sociais e o gênero é um fator relevante nessa questão, analisar a pobreza sobre a perspectiva de gênero é extremamente importante para avaliar se o empobrecimento feminino é, de fato, mais acentuado. O presente trabalho tem como objetivo verificar se há maior incidência de mulheres entre os indivíduos considerados pobres no Brasil no período de 2012 a 2018, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua). Mediante a conceituação do fenômeno da pobreza e apresentação de diferentes formas de mensurá-lo, analisam-se, por meio do método comparativo, as três linhas de pobreza mais utilizadas no país. Além disso, associam-se a elas outras variáveis que ajudam a compreender os resultados, relacionadas ao mercado de trabalho, às características dos domicílios e ao componente racial. Diante disso, verifica-se que as mulheres brasileiras permanecem como as mais afetadas pela pobreza de renda no período analisado.

**Palavras-chave:** Pobreza Feminina. Gênero. Linhas de pobreza.

## ABSTRACT

Considering that poverty affects different social groups and gender is also an important factor in this issue, analyzing poverty from the gender perspective it is extremely important to examine whether female impoverishment is, indeed, more sharp. The present work aims to verify whether there is a higher incidence of women among Brazilian low-income population between 2012 and 2018, based on the National Sample Survey and Households (PNAD). Through the conceptualization of the phenomenon of poverty and presentation of different ways of measuring it, this work will analyze, for example, the three most known poverty lines in Brazil applying the comparative method. In addition, in order to provide a better understanding, other variables related to the labor market, household and racial characteristics are associated with those primarily examined. Therefore, it is verified that women remain the most affected individuals by income poverty in the analyzed period.

**Keywords:** Female poverty. Gender. Poverty lines.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção da população ocupada de 14 a 60 anos, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018.....	51
Gráfico 2 - Proporção de pessoas em trabalho formal <sup>(1)</sup> , segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018.....	52
Gráfico 3 - Rendimento médio real para trabalho formal <sup>(1)</sup> e informal, segundo gênero no Brasil para os anos de 2012 a 2018 .....	53
Gráfico 4 - Tempo médio de trabalho (em horas semanais), segundo trabalho principal <sup>(1)</sup> e afazeres domésticos, conforme gênero no Brasil para os anos de 2012 a 2018.....	54

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da Pesquisa Bibliográfica .....	31
Quadro 2 - Síntese dos dados analisados.....	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de pessoas com base na 1ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil para os anos de 2012 a 2018.....	38
Tabela 2 - Medidas de tendência central e dispersão da 1ª linha de pobreza segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018 .....	39
Tabela 3 - Proporção de pessoas com base na 2ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018.....	41
Tabela 4 - Medidas de tendência central e dispersão da 2ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018 .....	42
Tabela 5 - Proporção de pessoas com base na 3ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018.....	43
Tabela 6 - Medidas de tendência central e dispersão da 3ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018 .....	44
Tabela 7 - Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo raça e gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018.....	47
Tabela 8 - Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo arranjos domiciliares no Brasil, para os anos de 2012 a 2018.....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Método Alkire Foster
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPH	Índice de Pobreza Humana
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
PNAD-Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade de Poder de Compra
ONU	Organização das Nações Unidas
SIS	Síntese de Indicadores Sociais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 CONCEITUALIZAÇÃO DO FENÔMENO POBREZA .....</b>	<b>16</b>
2.1 AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DA POBREZA .....	16
2.2 PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE POBREZA .....	18
2.3 POBREZA NO BRASIL .....	22
<b>3 POBREZA FEMININA BRASILEIRA .....</b>	<b>25</b>
3.1 MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	25
3.2 PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE POBREZA FEMININA NO BRASIL.....	26
<b>4 NOTAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>34</b>
<b>5 ANÁLISE DAS LINHAS DE POBREZA .....</b>	<b>37</b>
5.1 1ª LINHA DE POBREZA: CLASSES DE RENDIMENTOS MENSIS COM BASE NAS PROPORÇÕES DO SALÁRIO MÍNIMO.....	37
5.2 2ª LINHA DE POBREZA: CLASSES DE RENDIMENTOS MENSIS COM BASE NOS REQUISITOS EXIGIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	39
5.3 3ª LINHA DE POBREZA: CLASSES DE RENDIMENTOS DIÁRIOS ESTABELECIDOS PELO BANCO MUNDIAL .....	42
<b>6 POSSÍVEIS DETERMINANTES DE INTENSIFICAÇÃO DA POBREZA FEMININA NO BRASIL .....</b>	<b>45</b>
6.1 RAÇA E COR .....	45
6.2 RESPONSABILIDADE PELO DOMICÍLIO .....	48
6.3 MERCADO DE TRABALHO .....	50
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo que atinge milhares de pessoas no mundo inteiro, podendo ser estudado sob um ponto de vista econômico e não-econômico. Enquanto fenômeno global, mesmo com uma melhora nos níveis de vida da população desde 1990, em 2015 ainda existiam cerca de 836 milhões de pessoas que viviam com menos de US\$1,25 dólar por dia, valor limítrofe da situação de extrema pobreza (ONU, 2015). Naquele mesmo ano, o Banco Mundial (2015) apresentou previsões de que haveria uma redução da pobreza extrema para menos de 10% da população mundial, de modo a erradicá-la até 2030. Quando os níveis de pobreza são altos, indicam que uma sociedade possui baixa qualidade de vida, com muitas restrições, principalmente em relação às necessidades mínimas de sobrevivência. Por sua importância, a discussão acadêmica sobre o tema vem se alterando ao longo do tempo, principalmente em relação às formas de compreensão do problema, sendo muitos os debates e pesquisas em relação às causas e às formas de enfrentamento.

A pobreza, entretanto, não é neutra quanto a seus impactos, atingindo diferentes grupos sociais em níveis distintos. Dentre esses grupos, o gênero dos indivíduos é um dos marcadores mais relevantes: segundo Amnistia (2009) dois terços das pessoas em condições de pobreza no mundo são mulheres, mesmo que elas sejam apenas metade da população. Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD (1995), a pobreza tem “rosto” de mulher. Em 1995, na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim, a pobreza feminina foi incluída nas áreas que necessitam de atenção especial por parte dos governos, por se reconhecer que algumas características do fenômeno estavam relacionadas diretamente ao gênero. Assim as políticas de combate à pobreza deveriam levar em consideração este marcador social (SCHWARTZ, 2003).

A desigualdade de gênero é um fenômeno extremamente complexo e que se relaciona a fatores culturais, sociais e econômicos. Observada a situação de desvantagem das mulheres perante os homens, o empobrecimento feminino maior pode ser consequência de outros processos que as colocam em posições subalternas na sociedade. Segundo Moghadam (2005), por exemplo, as mulheres trabalham mais horas e recebem menos. Além disso, somam-se questões culturais e trabalhistas, que dificultam a inserção e permanência delas no mercado de trabalho. Logo, a atuação dos direitos humanos das mulheres e o empoderamento são pontos fundamentais para o combate à pobreza feminina (MOGHADAM, 2005).

No Brasil, em meados dos anos 60, o crescimento da força de trabalho feminina foi marcante na história do país. Esse fato decorre das mudanças econômicas e culturais ocorridas

na época, como o aumento da industrialização e o processo de urbanização, bem como do papel da mulher na sociedade, que passa por grandes transformações – a vida familiar e a vida profissional são diferenciadas, ainda que as responsabilidades domésticas permaneçam majoritariamente sobre as mulheres. Para dar conta dessas modificações, a visão acadêmica também sofre alterações, com o conceito de gênero buscando abordar as diferenças vivenciadas por homens e mulheres no âmbito econômico e social, para além das experiências decorrentes diretamente do sexo biológico (MELO, 2005). Portanto, refletir sobre o fenômeno da pobreza sem a perspectiva do gênero pode mascarar as dificuldades e fragilidades vividas pelas mulheres. O presente trabalho vai nesse sentido, questionando: as mulheres foram mais afetadas pela pobreza no Brasil durante os anos de 2012 a 2018? Se isso ocorre, quais os possíveis determinantes de intensificação do fenômeno para as mulheres no mesmo período e região?

Para isso, o objetivo geral é analisar os indicadores de pobreza associados à renda com o intuito de verificar se há predominância feminina entre os pobres brasileiros, e analisar indicadores relacionado ao componente racial, a responsabilidade do domicílio e ao mercado de trabalho para identificar possíveis determinantes de intensificação do fenômeno no período recente. A partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua), a análise se restringe ao período 2012-2018, por ser um período mais recente e ainda pouco explorado, e também dará continuidade aos estudos na área no Brasil. Além disso, neste curto período de tempo, ocorrem diversas turbulências econômicas, políticas e sociais, que podem ter tido impactos diretos sobre o comportamento da pobreza no país. Em 2013, o Brasil é retirado do Mapa Mundial da Fome<sup>1</sup>, segundo FAO (2013). A análise teve como base a relação entre melhoras no acesso à alimentação e redução da pobreza, indicando uma queda de 82% (comparado a 2002) no número de brasileiros em situação de subalimentação, fator significativo para o combate e erradicação da pobreza no país (FAO, 2013). O ano de 2016 é marcado pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff<sup>2</sup>, quando o então vice-presidente Michel Temer assume a presidência do país. Em 2017 é aprovado a Emenda Constitucional nº 95<sup>3</sup>, uma medida de austeridade com congelamento dos gastos primários por 20 anos, sem possibilidade de novos investimentos. Segundo Lekich (2019), tal emenda é marcada por flexibilizações dos mercados, ocasionando reduções de direitos

---

<sup>1</sup> Mais informações sobre Mapa Mundial da Fome disponíveis em: <http://www.fao.org/3/a-i4033e.pdf>.

<sup>2</sup> IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca o ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>.

<sup>3</sup> Mais informações em Brasil (2016).

trabalhistas e, conseqüentemente, afetando os grupos de maior vulnerabilidade, sendo esses compostos principalmente por mulheres jovens, mães solteiras, mulheres de minorias étnicas, entre outras.

Para atender aos propósitos do trabalho, inicialmente traz-se a reflexão sobre o conceito e a evolução do fenômeno da pobreza, apresentando também algumas pesquisas acadêmicas selecionadas na área de *pobreza feminina no Brasil*, a fim de que estas apoiem os resultados que visam entender a realidade da mulher pobre brasileira nas últimas décadas (Capítulos 2 e 3). A identificação de uma predominância de mulheres brasileiras pobres e os possíveis determinantes poderá facilitar as formulações de políticas públicas de enfrentamento à pobreza, pois se cria um entendimento mais adequado sobre os grupos mais afetados pelo fenômeno.

Do ponto de vista metodológico, será desenvolvido uma pesquisa de natureza descritiva, mediante uma abordagem quantitativa, por meio do método comparativo. Conforme os dados selecionados da PNAD-Contínua (destacados no Capítulo 4, referente à Metodologia), serão analisados os indicadores de pobreza atrelados à insuficiência de renda, com o intuito de investigar uma predominância feminina nos níveis de pobreza de renda dos brasileiros quando comparado aos níveis masculinos no país (a análise é realizada no Capítulo 5). Além da renda, no capítulo 6, foram selecionadas três áreas para identificar possíveis determinantes de incidência da pobreza feminina no Brasil, dentre as áreas escolhidas estavam variáveis relacionadas à raça, responsabilidade pelo domicílio e mercado de trabalho. As considerações finais são apresentadas no sétimo e último capítulo.



## 2 CONCEITUALIZAÇÃO DO FENÔMENO POBREZA

Neste capítulo são explorados os conceitos fundamentais e as diferentes interpretações sobre o tema da pobreza, desde as primeiras impressões sobre o fenômeno no mundo, até os métodos avaliativos utilizados ao longo do tempo e as mudanças de pensamento sobre sua compreensão. Por fim, são apontados os tipos de mensuração de pobreza (como insuficiência de renda) e algumas pesquisas realizadas no Brasil no âmbito desta temática.

### 2.1 AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DA POBREZA

O conceito de pobreza acumula diversas percepções sociais e culturais ao longo dos séculos. Para Rezende Filho (2009), do ponto de vista cristão, no período da Idade Média europeia os pobres tinham sua serventia associada aos atos de caridade praticados pelas classes ricas. Nessa ótica, a pobreza deveria existir para que fosse possível categorizar quais indivíduos eram bons ou ruins em função da ajuda dada aos pobres. A igreja, por seu turno, tinha como papel fundamental a intermediação das doações feitas aos pobres e a benevolência em relação à situação desses indivíduos.

Na Antiguidade, acreditava-se que a explicação para existência de “ricos” e “pobres” era a determinação divina, ou seja, havia pessoas predestinadas a serem ricas e outras a serem pobres, sendo essa predestinação relacionada à classe social a qual o indivíduo pertencia (LACERDA, 2009, p. 28).

A igreja católica reforçava essa afirmação e questionar esses princípios iria contra a vontade divina (LACERDA, 2009). Em meados dos séculos XII e XIII, o reavivamento do comércio associado ao incremento populacional promoveu, na Europa, grandes mudanças estruturais, incrementando-se o processo de urbanização. Ao mesmo tempo, no campo, o crescente número de pobres ajuda a explicar o fenômeno do êxodo rural. Em consequência, o conceito de pobreza é reformulado: passa a ser relacionada à vergonha, ao fracasso e à falta de integridade, enquanto novas instituições assistencialistas são criadas (REZENDE FILHO, 2009).

Segundo Guimarães (2016), com o passar dos séculos, os detentores de capital não queriam mais dividir seu patrimônio com os pobres, e muito menos queriam que a Igreja fosse a mediadora dessas doações. Diante da ruptura efetiva entre monarquia e Igreja, promovida com a criação de Estados independentes (século XVI), o papel do pobre na sociedade se

modifica, com leis assistencialistas sendo criadas, o que indica que há a percepção, pela primeira vez, de que se trata de um cidadão que possui direitos. Alguns séculos depois, já próximo da Revolução Industrial, Polanyi (2000) fará referência a uma *revolução dos ricos contra os pobres*, transformando a vivência coletiva, no campo, em vivência individual – os cercamentos delimitam propriedades privadas no meio rural e impossibilitam a utilização das terras para uso coletivo, o que aumenta o número de pobres no período. Na Inglaterra, como contramedida, a coroa estabeleceu a primeira Lei dos Pobres:

A mendicância era severamente punida; a vagabundagem era uma ofensa capital, em caso de reincidência. A Poor Law de 1601 decretou que os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar seu sustento, e a paróquia deveria providenciar esse trabalho (POLANYI, 2000, p.110).

Segundo Lacerda (2009, p.29), autores como David Ricardo e Thomas Malthus criticarão esse tipo de política assistencialista aos pobres “(...) por acreditarem que isso ocasionaria problemas ao bom funcionamento do sistema econômico”. A percepção da pobreza era, portanto, reforçada porque relacionada à preguiça, à falta de interesse e à falta de esforço no trabalho. Entretanto, com o vasto crescimento populacional, a Lei dos Pobres é duramente criticada (GUIMARÃES, 2016):

A figura do pobre deixa de ser um tabu religioso teocêntrico, mas também agora deixa de ser um cidadão com historicidade social-política. O pobre desfigura-se nestes dois momentos históricos e reconfigura na contemporaneidade como um ser criminalizado, inferiorizado, desvirtuoso e incapaz (GUIMARÃES, 2016, p.84).

Diante disso, a responsabilidade de estar na situação de pobreza recai sobre os pobres, sobre o modo de vida escolhido pelos indivíduos (GUIMARÃES, 2016). Para Malthus (1998), a velocidade em que as pessoas se reproduziam em oposição à velocidade da produção de alimentos era a causa principal da pobreza. Assim, seria possível evitar a pobreza se os pobres deixassem de se reproduzir já que, em consequência, a quantidade populacional seria menor. Tal mudança de pensamentos traz o fim dos benefícios:

Em 1834, depois de um relatório de uma Comissão Real sobre os efeitos negativos das Leis dos Pobres, elas foram abolidas e substituídas pelo que se tornou a plena expressão da visão liberal. [...] Aqueles que não podiam trabalhar ainda seriam protegidos pela sociedade, entrando em um asilo onde os padrões de vida deveriam ser inferiores ao que conseguiriam com um salário. Por outro lado, cabia ao mercado decidir sobre quem iria trabalhar, onde e a que preço (SCHWARTZMAN, 2004b, p.38).

De acordo com Lacerda (2009), os benefícios dados aos pobres reforçaram a ideia de torná-los viciados em receber auxílios. Por parte dos empregadores existiam interesses para que

o nível dos auxílios fosse o menor possível, não havendo alterações nos salários pagos. Esses auxílios se davam por meio de alimentos e dinheiro, apenas para a subsistência. Assim surgia a necessidade de delimitar a quantidade nutricional mínima para que uma pessoa sobreviva, bem como a quantidade ideal de comida e a quantidade mínima de auxílio monetário, passando a ser considerado pobre aquele que “não conseguisse atender aos requerimentos nutricionais mínimos necessários à sua existência” (LACERDA, 2009, p.29).

Deste breve recorrido histórico há uma compreensão de que o fenômeno da pobreza, embora social, era interpretado como individual, ao culpar os próprios indivíduos por sua situação crítica. Para contrastar com essa visão, o próximo tópico aborda a visão acadêmica sobre a pobreza, com um olhar mais aprofundado sobre o tema e as principais formas de mensuração.

## 2.2 PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE POBREZA

No decorrer do século XX, o fenômeno da pobreza desenvolveu-se como objeto de pesquisa acadêmica e com isso novas interpretações e formas de mensuração foram criadas na sociedade.

Nos anos 70, por exemplo, fica evidente que uma elevação das taxas de crescimento econômico nos países não implica, necessariamente, a redução dos níveis de pobreza. Com isso, o interesse recai nos países desenvolvidos no momento do pós-guerra, sendo o foco a compreensão da origem do fenômeno (ROCHA, 2006). O conceito de pobreza será, deste modo, alterado algumas vezes ao longo do tempo, sobretudo pela necessidade de compreensão das características dos países industrializados, da evolução dos meios de comunicação e do desenvolvimento das ciências sociais (COSTA, 1984).

De modo geral, a pobreza passa a ser conceituada como “um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2006, p. 09). Além disso, desdobra-se esse conceito inicial em termos de pobreza absoluta e relativa. A primeira, estabelece a pobreza como “a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física” (TOWNSEND, 1993, p. 30). Ou seja, está relacionada a questões essenciais de sobrevivência (ROCHA, 2006) e às necessidades básicas, a questões de subsistência e, principalmente, aos modelos de distribuição de renda (COSTA, 1984).

A pobreza relativa, por outro lado, “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão” (ROCHA, 2006, p. 11). Nesse caso, não é levado em consideração apenas as necessidades básicas, uma vez que as prioridades de cada cultura também são consideradas nesse conceito. Rocha (2006) utiliza como exemplo a implementação de chás nas cestas básicas do Reino Unido, um produto de extrema importância na cultura inglesa. Assim, o conceito de pobreza relativa está relacionado à ideia “de que não é possível defini-la convenientemente sem uma referência direta e explícita à sociedade em geral” (COSTA, 1984, p.280), com a pobreza indicando “as condições abaixo das quais as pessoas estão privadas de participar na vida da sociedade” (COSTA, 1984, p.286).

Com essas definições, a renda se torna critério fundamental para a mensuração da pobreza. A inexistência de renda implica em uma situação de fragilidade do indivíduo na economia que, como consequência, tem sua qualidade de vida deteriorada (CARNEIRO, 2005). Segundo Rocha (2006), tornou-se habitual que as necessidades básicas fossem atendidas por meio da renda

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. (ROCHA, 2006, p. 12)

Definido um valor monetário para determinadas necessidades básicas, é possível distinguir dois grupos conforme suas rendas: os pobres e os não-pobres. O que os separa são as linhas de pobreza utilizadas como parâmetros – os pobres são aqueles que estão abaixo da linha, impedidos de ter acesso a um conjunto de necessidades básicas para sobrevivência em uma sociedade. “Essas linhas põem à prova a capacidade de compra de uma cesta de bens mais ou menos semelhante em diferentes partes do mundo” (BANCO MUNDIAL, 2000a, p.18).

Outra possibilidade são as linhas de indulgência que avaliam a renda necessária à obtenção das necessidades nutricionais. Neste caso, os indigentes são aqueles que se encontram abaixo da linha. Importante ressaltar que não existe um valor universal para estabelecer linhas de pobreza e de indulgência, visto que as realidades e culturas entre os países são distintas (ROCHA, 2006).

Na prática, quem define os parâmetros que limitam tais análises é o Banco Mundial. Historicamente, isso ocorrerá a partir dos anos 90, uma vez que, nos anos 50 e 60, o crescimento econômico era considerado o melhor caminho para redução da pobreza no mundo. Nos anos

70, essa perspectiva sofre mudanças e os serviços voltados à saúde, educação e nutrição se tornam questões públicas fundamentais, uma vez que estimulariam um aumento nos níveis de renda dos mais pobres. Nos anos 80, devido à crise global, a aplicabilidade das políticas públicas passa a ser contestada e, na década seguinte, o Banco Mundial estabelece medidas de pobreza mundiais para facilitar a comparabilidade entre países. A primeira medida internacional foi de US\$1,00 por dia, calculada com preços constantes de 1985 em Paridade de Poder de Compra (PPC). Para níveis de comparação, indivíduos que ganham menos de US\$275 por ano vivem na extrema pobreza e aqueles que ganham entre US\$275 e US\$370 por ano são considerados pobres (BANCO MUNDIAL, 1990).

Em 2000, a medida internacional é atualizada e passa de US\$1,00 por dia para US\$1,08 (PPC de 1993) por dia (BANCO MUNDIAL, 2000b). Em 2005, conforme o Banco Mundial (2009), esse valor é alterado novamente, de US\$1,08 por dia para US\$1,25 por dia (PPC de 2005). Em 2015 houve novo ajuste, passando de US\$1,25 por dia para US\$1,90 por dia (PPC de 2011). De acordo com a ONU (2020), a linha mundial de pobreza de US\$1,90 por dia é utilizada como referência à primeira das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>4</sup>, criadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que está relacionada à erradicação da pobreza extrema até 2030.

As linhas de pobreza deveriam medir o mesmo nível de bem-estar entre as regiões, independente do país. Entretanto, em 2017, com base na classificação de renda do Banco Mundial, foram estabelecidas novas linhas de pobreza conforme os grupos de renda: para o grupo de países com baixa renda, a linha atribuída foi de até US\$1,90 (PPC de 2011) por dia; para os países com renda média-baixa, até US\$3,20 (PPC de 2011) por dia; para os países com renda média-alta, até US\$5,50 (PPC de 2011) por dia; e por último, para o grupo de renda-alta, até US\$21,70 (PPC de 2011) por dia (FERREIRA; SANCHEZ, 2017). O Brasil, neste quesito, está classificado no grupo de renda média-alta<sup>5</sup> (BANCO MUNDIAL, 2020).

Embora a renda continue vigorando como principal indicador da pobreza, sua mensuração não se limitou apenas à forma unidimensional. Em 1990, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), surgem as medidas multidimensionais, que são a combinação de

---

<sup>4</sup> Mais informações sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

<sup>5</sup> Mais informações sobre a classificação dos países pelo Banco Mundial disponíveis em: <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/378834-how-does-the-world-bank-classify-countries>.

indicadores de qualidade de vida (acesso à educação de qualidade e capacidade de exercer as liberdades de escolha dentro de uma sociedade) com a pobreza (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

A Declaração do Milênio, assinada por 189 países em setembro de 2000, reforçou a necessidade de ultrapassar a noção de desenvolvimento com foco apenas no crescimento econômico, colocando o bem-estar e a redução da pobreza no centro de seus objetivos e distinguindo a “pobreza pela renda” da “pobreza humana”, a qual envolve, além da restrição de renda, a falta de capacidades básicas para alcançar uma vida plena e criativa e participar das decisões que afetam a comunidade (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 87).

Com essa nova perspectiva, o Índice de Pobreza Humana (IPH) foi criado em 1997 de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, com o objetivo de mensurar as dimensões existentes da pobreza além da renda. Segundo o PNUD (1997), os indicadores utilizados para construir o IPH são os mesmos do IDH: a longevidade, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. O primeiro indicador utilizado é a porcentagem de pessoas com probabilidade de morrer antes dos 40 anos; o segundo é a porcentagem de adultos analfabetos e o terceiro é constituído por duas variáveis –a porcentagem de pessoas com acesso a serviços de saúde e água potável e a porcentagem de crianças desnutridas com menos de cinco anos (PNUD, 1997).

No Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998 é apresentado um novo IPH, denominado de IPH-2<sup>6</sup> voltado para os países desenvolvidos. O IPH-2 segue a mesma linha de indicadores do primeiro IPH, que passa a ser denominado agora de IPH-1<sup>7</sup>, aplicado aos países em desenvolvimento. Ainda que as dimensões utilizadas no IPH-2 sejam as mesmas do IPH-1, as variáveis se alteram. Os indicadores utilizados são a porcentagem de pessoas com probabilidade de morrer antes dos 60 anos, a porcentagem de pessoas com capacidade para ler e escrever, a proporção de indivíduos com rendimentos inferiores a 50% da mediana e a proporção de desempregados com longa duração (PNUD, 1998).

Fica claro que, independentemente de a mensuração se dar de forma unidimensional ou multidimensional, a escolha dos indicadores é essencial, visto que é o ponto inicial de qualquer pesquisa na área. Assim, conhecidos os principais conceitos sobre o fenômeno, o próximo tópico abordará como a questão é debatida no Brasil.

---

<sup>6</sup> Mais informações em PNUD (1998).

<sup>7</sup> Mais informações em PNUD (1997).

## 2.3 POBREZA NO BRASIL

No meio acadêmico, a adoção de linhas de pobreza como metodologia de mensuração do fenômeno é utilizada com frequência, permitindo medir a gravidade e a abrangência da pobreza brasileira com base na renda (LAVINAS, 1996). Segundo Soares (2009), um dos tipos de linhas de pobreza que ganha destaque no Brasil e na América Latina são as linhas objetivas da pobreza, calculadas com base nas necessidades nutricionais mínimas ou insatisfeitas, fundamentadas na ideia de que, fora o ar (que é gratuito), a única necessidade humana universal é a biológica de ingestão de alimentos e água em quantidade suficiente para a sobrevivência. Ainda segundo Soares (2009), o Brasil não possui uma linha de pobreza oficial, com diferentes critérios de mensuração sendo utilizados em diferentes pesquisas. Este é o caso, por exemplo, dos critérios de rendimento estabelecidos pelos programas sociais para a concessão de benefícios: a linha de inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>8</sup> é o da renda familiar mensal *per capita* inferior  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, enquanto a linha de inclusão do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>9</sup> é o de renda familiar mensal *per capita* inferior a R\$89,00. Essa divergência faz com que alguns indivíduos sejam considerados pobres em termos da classificação do PBF, mas não o sejam no âmbito do BPC.

Mais recentemente o IBGE (2018), por meio das publicações da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), utilizou três tipos de linhas de pobreza absoluta para o Brasil. A primeira linha tem como base proporções de salário mínimo (como referência o salário mínimo de 2018), tipicamente utilizadas para delimitar critérios de concessão de programas sociais, como o BPC: a extrema pobreza se associa à renda familiar mensal *per capita* inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (R\$238,50), enquanto a situação de pobreza captura a classe de rendimento de mais de  $\frac{1}{4}$  (238,50) até  $\frac{1}{2}$  (R\$477) de salário mínimo. Cabe destacar, ademais, que as linhas de pobreza utilizadas por programas sociais são geralmente asseguradas por Lei – a linha de pobreza utilizada pelo BPC é assegurada pela Lei n. 8.742, de 07.12.1993 (BRASIL, 1993).

O segundo tipo de linha utilizada pelo IBGE (2018) foi baseado no critério para a concessão<sup>10</sup> do Programa Bolsa Família, com duas classes de rendimentos: renda familiar

---

<sup>8</sup> Mais informações sobre o Benefício de Prestação Continuada disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/beneficio-assistencia-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/beneficio-assistencial-ao-idoso/>.

<sup>9</sup> Mais informações sobre o Programa Bolsa Família disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona>.

<sup>10</sup> Decreto n° 9.396, de 30 de maio de 2018 (BRASIL, 2018).

mensal *per capita* de até R\$89,00 para pessoas em situação de extrema pobreza e renda familiar mensal *per capita* de R\$89,00 até R\$178,00 para pessoas em situação de pobreza.

O terceiro e último tipo de linha adotado foi baseado nos critérios estabelecidos pelo Banco Mundial – de renda diária de até US\$1,90, até US\$3,20 e até US\$5,50. O Brasil é considerado um país de renda média-alta, logo a linha de pobreza de até US\$5,50 por dia seria a mais adequada dentre as medidas internacionais para classificar os pobres no Brasil (IBGE, 2018).

Mediante a compreensão das linhas de pobreza, é possível citar as conclusões de alguns trabalhos sobre o fenômeno no país. De acordo com Rocha (2013), de 1970 a 1980 houve uma redução na proporção de pobres devido ao crescimento econômico no Brasil. Essa queda foi maior na região Sudeste do país, com a predominância de pobres na região do Nordeste. Em 1981, os dados do PNAD se tornaram disponíveis, o que possibilitou uma melhor compreensão da pobreza por ano, e não por décadas.

Séries históricas de indicadores da pobreza indicam declínio intenso do problema nos anos de 1970, acompanhando o crescimento exuberante da economia nacional, e declínios muito modestos, ou mesmo estagnação, nos anos de 1980 e 1990, acompanhando o crescimento econômico medíocre do país (MONTEIRO, 2003, p.18)

Segundo Monteiro (2003), conforme dados da PNAD de 1999, o número de pobres, considerando apenas a renda disponível, era equivalente a um quarto da população, mantendo-se um forte contraste entre as regiões Norte e Nordeste diante das regiões Sul e Sudeste. Osorio *et al* (2011), ao analisar o período 2004-2009, delimitou o perfil da pobreza no Brasil com base na renda domiciliar per capita. Para os autores, os extremamente pobres tinham renda domiciliar per capita inferior a R\$67,00, para os pobres, o intervalo ficava entre R\$67,00 e R\$134,00, para os vulneráveis, entre R\$134,00 e R\$465,00 (salário mínimo de 2009), e para os não pobres, valores superiores a R\$465,00.

De acordo com dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), a população total feminina era de 51,03% e, destas, 45,25% estavam empregadas com carteira assinada e 22,56% sem carteira assinada. Entre os homens, 47,38% dos homens eram empregados com carteira e 16,96% sem carteira. Em relação à situação de pobreza, em 2011, segundo o IPEA (2017), 12,41% da população feminina no Brasil viviam com até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo (valor vigente de 2015) e 20,62% viviam com rendimentos entre  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo, comparado a 12,11% e 20,55%, respectivamente, para os homens.



Deste brevíssimo olhar geral, é possível aprofundar a discussão pretendida ao analisar o fenômeno da pobreza na perspectiva das mulheres, ao que se dedica o próximo capítulo.

### 3 POBREZA FEMININA BRASILEIRA

Este capítulo compreende uma revisão bibliográfica, conforme alguns textos selecionados, sobre o tema da pobreza feminina no Brasil, com o intuito de apresentar pesquisas realizadas e as metodologias utilizadas. O capítulo está dividido em dois tópicos: o primeiro aborda algumas situações enfrentadas pelas mulheres na sociedade ao longo das últimas décadas como, por exemplo, as dificuldades encontradas em relação à inserção no mercado de trabalho e o baixo retorno da escolaridade; enquanto o segundo tópico apresenta algumas pesquisas realizadas na área.

#### 3.1 MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Historicamente, segundo Fonseca (2004), as mulheres pobres brasileiras trabalhavam para fugir da miséria devido a suas condições sociais e econômicas e, no início do século XX, sofriam discriminação pelo fato de procurarem trabalho em espaços públicos (como em comércios ou fábricas), muitas vezes sendo chamadas de prostitutas. Se as atividades remuneradas estivessem relacionadas às tarefas domésticas em outras residências, eram culpadas de serem mães negligentes.

Para Lavinias (1996), já nos anos 80, a população feminina desocupada no Brasil era alta, mesmo que tenha ocorrido um aumento na porcentagem de mulheres economicamente ativas. As ocupações que elas estavam inseridas eram restritas, com remunerações baixas e de pouca qualificação, ao que se associava a maternidade, uma barreira adicional à inserção no mercado de trabalho. Assim, as mulheres chefes de família eram as mais prejudicadas.

Apesar dos diversos obstáculos impostos ao gênero feminino, o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho brasileiro foi um fator marcante na história econômica dos últimos tempos (MELO, 2005), o que se associa ao desenvolvimento das indústrias, ao processo de urbanização, à diminuição das taxas de fecundidade e à influência de movimentos feministas internacionais<sup>11</sup> no país. Novos valores sociais e culturais foram criados, como é o caso da separação entre vida profissional e familiar, o que permitiu a redefinição dos papéis das mulheres na sociedade, mas sem promover grandes rupturas no âmbito doméstico. Segundo

---

<sup>11</sup> Em 1960 nos Estados Unidos e na Europa houve um crescimento de movimentos feministas, consequentemente influenciaram outros países e incentivaram as mulheres repensar os valores sociais impostos (MELO, 2005)

Melo (2005, p. 04), “o aumento de sua participação [feminina] no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família, e tampouco gerou, ainda, uma ruptura total na estrutura patriarcal da família”. Ainda assim, para o Banco Mundial (2003), o Brasil avançou de modo considerável em relação às questões de gênero, haja vista o aumento dos níveis de escolaridade das mulheres e o acesso a anticoncepcionais, que causaram uma queda na taxa de fecundidade e no tamanho das famílias. Ademais, os direitos das mulheres, com a Constituição de 1988, ampliaram-se nos âmbitos familiares, no mercado de trabalho e no acesso à saúde. Mesmo diante disso, é inegável que grandes problemas permanecem, como a predominância feminina em setores que exigem baixas habilidades, principalmente relacionados a atividades domésticas, e, segundo o Banco Mundial (2003, p. 101), “dado os níveis mais altos de educação das mulheres, o seu baixo salário no mercado de trabalho em relação aos homens significa que, para elas, o retorno da educação é menor”.

A trajetória feminina brasileira no mercado de trabalho mostra-se historicamente (e mesmo no presente) repleta de desafios e obstáculos, principalmente para as mulheres pobres. O próximo tópico elenca alguns estudos selecionados que foram realizados durante o período de 1980 a 2012, ano que serve de base à presente pesquisa.

### 3.2 PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE POBREZA FEMININA NO BRASIL

Para Lavinias (1996), segundo a PNAD de 1990, as mulheres representavam 52,15% da população pobre no Brasil, que compreendia 25% da população brasileira. Regionalmente, como já destacado, a região nordeste concentrava o fenômeno, tornando-se grupo focal no trabalho de Fiess e Verner (2001). A partir dos dados da PNAD para os anos de 1980 e 1990, considerando variáveis relacionadas à raça, faixa etária, escolaridade, mercado de trabalho e tipos de chefia por domicílios (se chefiado por mulheres ou homens), o estado que se destacou negativamente foi o Rio Grande do Norte, com uma alta discrepância entre os indicadores em relação ao gênero. Um dos resultados apresentados foi de que domicílios chefiados por homens tinham 29% de probabilidade de serem pobres, percentual que passava para 41% quando chefiados por mulheres. Essa maior probabilidade era também observada independentemente do nível educacional.

No âmbito dos estudos de gênero, que avaliam os desafios que as mulheres enfrentam ao longo da vida econômica e social, a pesquisa “Gênero e Pobreza no Brasil” se destaca. Melo

(2005) tem como objetivo a elaboração de indicadores de rendimentos combinados com variáveis de gênero, idade, escolaridade e setores de atividade para analisar a pobreza com base na perspectiva do gênero. Utilizando-se de dados da PNAD de 2001 e considerando famílias pobres aquelas que possuíam renda familiar *per capita* superior a um quarto do salário mínimo (R\$45,00) e menor ou igual ao salário mínimo do ano (R\$180,00), a autora concluiu que, com base nos dados do PIB *per capita* para os anos de 1991 e 2000, houve um aumento nos rendimentos femininos de 27%, enquanto os rendimentos masculinos cresceram 8,59%. Esse resultado, entretanto, não garantia rupturas: as mulheres continuavam com renda inferior ao dos homens e mantinham-se mais pobres. Além disso, das características analisadas sobre a pobreza feminina, destacava-se a variável “famílias chefiadas por mulheres”, mais marcadas pelo fenômeno e que trazem consigo um componente interseccional – a predominância de mulheres pretas e com baixa escolaridade.

As diferenças de renda entre homens e mulheres, sendo elas mais preponderantes entre os grupos mais pobres, dá espaço aos estudos de feminização da pobreza<sup>12</sup>. Novellino (2004) faz um levantamento de pesquisas realizadas neste âmbito, mostrando que as primeiras tinham apenas a renda como medida, mas ganham espaços as análises do consumo domiciliar. Diante disso, constata-se que a chefia feminina em famílias é o principal indicador para identificar a ausência ou existência da feminização da pobreza.

Os primeiros domicílios chefiados por mulher foram reconhecidos como tais a partir da identificação de domicílios chefiados por mulher sem companheiro em censos e pesquisas amostrais. O interesse por esses domicílios cresceu junto com as constatações de que eles estavam entre os mais pobres e de que a sua proporção estava aumentando. (NOVELLINO, 2004, p.09)

Costa *et al* (2005) analisaram o aumento da pobreza feminina e as desigualdades entre homens e mulheres no período de 1983 a 2003 com base nos dados da PNAD para os respectivos anos. O principal desafio encontrado pelos autores foi a escassez de dados sobre a desigualdade intradomiciliar, uma vez que as informações existentes mascaram a realidade da renda das mulheres na família. Ainda assim, no âmbito dos estudos dos determinantes da pobreza feminina, destacam que a maior vulnerabilidade feminina decorre dos seguintes motivos:

i) desigualdades na participação no mercado de trabalho, as quais se refletem em menores taxas de atividade em comparação às taxas de homens; ii) desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por mulheres, o que se traduz em

---

<sup>12</sup> Ver Castro (1989); Barros (1997); Berquó (2002).

menores salários e em uma segregação ocupacional que reserva às mulheres os postos de trabalho mais precários, menos formalizados e contribui para a cristalização da ideia de que as mulheres não são capazes de atuar em atividades de melhor qualidade; iii) desigualdade no acesso a recursos produtivos, como crédito, terra ou capital produtivo; e iv) desigualdade de oportunidades para participar de tomadas de decisão, exemplificada pela baixa presença de mulheres em postos de comando tanto no setor público quanto no privado. (COSTA *et al*, 2005, p. 13)

Ainda de acordo com estes autores, as pesquisas sobre o tema da pobreza feminina podem se dividir em duas principais categorias: a primeira é a análise do desenvolvimento da pobreza feminina conforme um determinado período e a segunda é a discussão sobre se a situação feminina na pobreza é, ou não, mais intensificada que a masculina. Para o período 1983 a 2003, Costa *et al* (2005) concluem que não houve aumento da proporção de mulheres entre os mais pobres no Brasil, porém ocorreu um aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres sem maridos entre os mais pobres.

Em termos setoriais, a pesquisa de Campos e Medeiros (2011) ganha um espaço relevante ao relacionar pobreza e emprego no agronegócio. O objetivo principal dos autores foi analisar a influência do agronegócio no aumento do número de mulheres pobres. A partir de um estudo de caso realizado na cidade de Cruz Alta – RS no ano de 2008, foi constatado que as mulheres possuem poucos espaços nesse segmento (78% dos postos de trabalho são ocupados por homens) e as que conseguem emprego estão em situações precárias porque os salários delas são mais baixos. Se a principal fonte de renda para as famílias é oriunda do trabalho, a exclusão da mão de obra feminina no mercado de trabalho do agronegócio contribui para a ampliação da pobreza feminina e intensifica as desigualdades de gênero.

A exclusão do mercado de trabalho ou a inclusão precária em postos de trabalho temporários é a base da pobreza, que engendra novas formas de exclusão, que, por sua vez, reproduzem a pobreza. Enfim, tem-se aí um perverso círculo vicioso de pobreza com evidente recorte de gênero, na medida em que afeta, sobretudo, as mulheres. (CAMPOS e MEDEIROS, 2011, p.118)

No estudo de Silva (2013), que inicialmente delimita a pobreza por meio da insuficiência de renda, há um cruzamento dos rendimentos entre raça e gênero para o período de 1999 e 2009. A partir da definição de quatro grupos (extremamente pobres - renda domiciliar *per capita* inferior a R\$67,00 –, pobres - entre R\$67,00 e R\$134,00 –, vulneráveis - entre R\$134,00 e R\$465,00, valor referente ao salário mínimo de 2009 –, e não pobres – acima do salário mínimo), revela que a proporção de pobres e de extremamente pobres no país diminuiu tanto para as mulheres brancas e pretas, quanto para os homens brancos e pretos. Porém, ainda assim, os grupos que mais sofrem com a incidência da pobreza são as mulheres e os homens

pretos. Feita uma comparação entre níveis de renda, não foi possível identificar uma variação alta entre os gêneros, mas se observa que as mulheres, principalmente as pretas, possuem restrições nos rendimentos oriundos do trabalho e nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Além das pesquisas que utilizam principalmente os níveis de rendimentos, outras análises focam no estudo da pobreza feminina a partir de indicadores diversos. Ferreira e Marin (2016), por exemplo, calcularam uma medida multidimensional de pobreza para as mulheres nas cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) para os anos de 2001 e 2011. Os dados utilizados foram retirados da PNAD e aplicou-se o método Alkire Foster<sup>13</sup>. As dimensões escolhidas para a análise foram: condições de moradia, níveis educacionais, controle sobre o próprio ambiente, mercado de trabalho e níveis de rendimento, de modo a revelar as privações sofridas e, assim, o nível de pobreza multidimensional. Dentre as conclusões, destaca-se que a região Sul foi a que apresentou um menor número de mulheres com privações nos anos considerados, enquanto a região Nordeste encontra-se no extremo oposto (maior número de mulheres com privações) em 2001, e o Norte em 2011, ainda que tenha ocorrido no Brasil uma queda do número de mulheres pobres. Em termos médios, o Sudeste apresentou a menor pobreza multidimensional da pesquisa, e o Nordeste foi a região que apresentou a maior.

Seguindo a mesma linha, a análise feita por Santos (2015) teve como base a abordagem das capacitações<sup>14</sup> com foco em uma perspectiva de gênero e, para delimitar um perfil de pobreza feminina, foram analisadas as seguintes áreas: educação, mercado de trabalho, desigualdade racial e condições e características dos domicílios brasileiros. Considerando os anos de 1991, 2000, 2010, 2011 e 2012 a partir de dados do Censo Demográfico e da PNAD, verificou-se uma maior presença feminina na população geral do país. Na área de educação, em 2012, a taxa de alfabetização para as mulheres de 10 a 59 anos era maior que a dos homens e, para pessoas com mais de 60 anos, a relação se inverte. No mercado de trabalho, as taxas de atividade feminina em 2010 cresceram comparadas a 2000, mas mantêm-se muito abaixo da masculina (54,6% e 75,7%, respectivamente). Além disso, em 2012, apenas 48,4% das mulheres pretas estavam empregadas em trabalhos formais, comparado com 63,2% para as mulheres brancas. Por fim, com relação às características dos domicílios em 2012, foi

---

<sup>13</sup> Mais informações sobre o método Alkire Foster em: Alkire e Foster (2007, 2009); Alkire e Santos (2010).

<sup>14</sup> Mais informações em Sen (2000).

constatado que a região com maior percentual de famílias chefiadas por mulheres com filhos era o Nordeste (46%). A autora conclui que, mesmo com as conquistas e avanços percebidos para as mulheres brasileiras, ainda existem muitos obstáculos a serem superados. Dentre estes, estão variáveis que inibem as liberdades individuais femininas na sociedade brasileira. A renda não foi excluída da análise, pois as pessoas consideradas pobres normalmente possuem rendimentos baixos, mas as restrições não estão somente nos níveis de rendimentos: aos pobres normalmente se associa algum tipo de restrição na educação que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, a menores oportunidades. Nesta relação, as mulheres, especialmente as negras, enfrentam empecilhos ainda maiores, o que as colocam em posições mais vulneráveis.

Diante dos resultados apresentados, identifica-se uma carência de estudos relacionados diretamente à pobreza feminina no Brasil. A maioria tem como tema principal o fenômeno da pobreza, apenas realizando o recorte de gênero. Este é o caso, por exemplo do livro “Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?”, que aborda o perfil do pobre brasileiro de forma geral, com variáveis de gênero, idade, cor ou raça, escolaridade, taxas de atividades, tipos de famílias, entres outros (ROCHA, 2006).

Com base nas pesquisas selecionadas sobre pobreza feminina no Brasil, o Quadro 1 sintetiza as principais informações.

Quadro 1 - Síntese da Pesquisa Bibliográfica

Autor	Título	Ano da publicação	Categoria da publicação	Período de análise da obra	Variáveis	Fonte
FIESS & VERNER	The Dynamics of Poverty and its Determinants: The Case of the Northeast of Brazil and its States.	2001	World Bank Policy Research Working Paper No. 3259	1980 - 1990	Perfil da pobreza para o Nordeste conforme características selecionadas: Gênero, Raça, Chefe da família, Idade, N° de filhos, Espaço geográfico, Categoria de ocupação, Setor de Atividade e Escolaridade	IBGE/PNAD
LAVINAS	As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro	1996	Revista Estudos Feministas, vol. 4, n.2	1990	Percentual do total de pobres no Brasil, com base nas linhas de pobreza do IPEA/ DIPES criada por Sonia Rocha	PNAD - Linha de pobreza IPEA DIPES Sonia Rocha
					Percentual de pobres no Brasil segundo gênero e faixa etária, com base nas linhas de pobreza do IPEA/ DIPES criada por Sonia Rocha	
MELO	Gênero e pobreza no Brasil	2005	Projecto "Governabilidade democrática e igualdade de gênero"	1991 - 2000	PIB per capita da população total e feminina	IBGE/PNAD
				2001	Escolaridade: Distribuição de anos de Estudos das Mulheres Chefes de Família e de Homens Chefes de Família	
					Distribuição das pessoas em famílias pobres, segundo raça e gênero	
	Renda Média e Mediana: todas as fontes de trabalho dos Chefes de Família, segundo gênero e tipo de família (indigentes, pobres e não pobres)					
COSTA <i>et al</i>	A face feminina da pobreza: Sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil.	2005	1137 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1983 e 2003	Valores nominais de linhas de pobreza: com três valores estabelecidos para análise	IBGE/PNAD
				2003	Distribuição de homens e mulheres nos diferentes décimos da população ordenados de acordo com a renda per capita: para determinação de uma existência ou não do aumento de mulheres entre pobres no período	
				2003	Distribuição de tipos de família nos diferentes décimos da população ordenados de acordo com a renda per capita: para determinação da existência de sobre-representação das pessoas em famílias chefiadas por mulher sem cônjuge	
				1983, 1993 e 2003	Proporção de mulheres e de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres: análise das linhas de pobreza estabelecidas	
				1983 - 2003	Evolução da intensidade da pobreza para mulheres e homens: Dados calculados pelo autor conforme índice de FGT	

(Continuação)



(Continuação)

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Categoria da publicação</b>	<b>Período de análise da obra</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Fonte</b>
CAMPOS & MEDEIROS	A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio - trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS	2011	Pobreza e Exclusão nos Territórios do Agronegócio.	2008	Participação feminina no mercado de trabalho do agronegócio	Pesquisa de campo realizada pelo autor
SILVA	Mulheres Negras, Pobreza e Desigualdade de Renda	2013	Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil	1999 e 2009	Linhas de pobreza com base na renda domiciliar per capita, para extremamente pobres, pobres, vulneráveis e não pobres.	IBGE/PNAD
FERREIRA & MARIN	Pobreza multidimensional feminina: Uma aplicação do método alkiro foster (AF) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011	2016	Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política	2001 e 2011	Indicadores de condições de moradia, escolaridade, controle sobre o próprio ambiente, acesso ao mercado de trabalho e níveis de rendimentos	IBGE/PNAD
SANTOS	Ascensão Profissional Feminina como instrumento para redução de pobreza: Uma análise sobre desigualdades de gênero com ênfase racial	2015	Monografia UFRGS	1991, 2000, 2010, 2011 e 2012	População Total Feminina	IBGE 2010 e PNAD 2011 e 2012
				2012	Perfil da pobreza feminina conforme características selecionadas: taxa de alfabetização, taxas de atividade no mercado de trabalho, domicílios chefiados por homens e por mulheres.	PNAD 2012

Fonte: Elaborada pela autora.

Dentre as pesquisas apresentadas no Quadro 1, conforme os respectivos períodos analisados por cada autor, Fiess e Verner (2001), Melo (2005) e Costa *et al* (2005) identificaram um crescimento de domicílios chefiados por mulheres na proporção de pobres no Brasil. Santos (2015) destacou que as dificuldades encontradas, principalmente em relação ao acesso ao mercado de trabalho, atingem mais as mulheres pobres do que os homens.

Embora a pobreza esteja presente em diversas regiões do mundo, a grandeza desse fenômeno é difícil de ser mensurada. Com base nos conceitos e na revisão de pesquisas selecionadas, o próximo capítulo explica a metodologia adotada neste trabalho e as variáveis utilizadas para responder ao problema inicial da pesquisa

#### 4 NOTAS METODOLÓGICAS

Para responder ao problema de pesquisa, que busca avaliar se as mulheres brasileiras são mais afetadas que os homens com a pobreza de renda e os possíveis determinantes de intensificação do fenômeno, analisa-se o período entre 2012 a 2018 com o intuito de dar continuidade aos estudos de pobreza feminina no Brasil para os anos mais recentes. A presente pesquisa é classificada como descritiva, onde “os fatos são observados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 52). A abordagem escolhida foi a quantitativa que, por meio de técnicas de estatística, tem como objetivo transformar números em informações e, posteriormente, analisá-los. E o método de procedimento escolhido foi o comparativo, com o objetivo de identificar diferenças e semelhanças entre os dados analisados (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Para isso, como o Brasil não possui uma linha de pobreza oficial, foram escolhidas as três linhas de pobreza mais utilizadas na avaliação do fenômeno, principalmente pelo IBGE. Para elas, foram estabelecidas duas categorias, “pobres” e “extremamente pobres”, avaliadas separadamente segundo o gênero. A 1ª e a 2ª linha de pobreza tem o Real (R\$) como valor monetário (medida nacional), enquanto a terceira utiliza o Dólar (US\$) como referência de rendimento (medida internacional).

A primeira linha escolhida tem como base a proporção do salário mínimo vigente de 2018, medidas tradicionalmente utilizadas em programas sociais, como o BPC. Para este trabalho foram considerados “extremamente pobres” pessoas que viviam com até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (R\$238,50). E foram considerados “pobres” pessoas que viviam com renda domiciliar per capita entre  $\frac{1}{4}$  (R\$238,50) até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (R\$ 477).

A segunda linha de pobreza escolhida teve como base os critérios exigidos para concessão do benefício social do Bolsa Família. Foram considerados como “extremamente pobres” pessoas com rendimento mensal de até R\$89,00. E foram considerados como “pobres” pessoas com rendimento entre R\$89,00 até R\$178,00.

A terceira e última linha de pobreza escolhida segue os parâmetros internacionais estabelecidas pelo Banco Mundial, nos quais as categorias encontram-se nos intervalos de até US\$1,90 por dia, sendo considerado como “extremamente pobres”, e abaixo de US\$ 5,50 por dia para “pobres”, ambos em Paridade de Poder de Compra (PPC) de 2011.

Para estes dados, serão calculadas as medidas de tendência central (média) e dispersão (variância da amostra e desvio padrão). Embora sejam métricas usualmente utilizadas, cabe aqui conceituá-las conforme Hoffman (2006):

**MÉDIA ARITMÉTICA:** pode ser definida como a soma de todos os valores de uma variável dividido pelo número total.

**VARIÂNCIA DA AMOSTRA:** pode ser definida pela soma do quadrado dos desvios em relação à média, dividida pelo número total menos um.

**DESVIO PADRÃO:** pode ser definido como a raiz quadrada da variância.

Com base na média, será possível identificar o valor médio da porcentagem de mulheres e homens inseridos segundo cada linha de pobreza no período e a comparação desses valores mostrará qual que se sobressai. A variância e o desvio padrão demonstram o grau de dispersão entre o conjunto de valores e podem apresentar comportamentos distintos entre os diferentes conjuntos analisados. Se as medidas de dispersão forem elevadas, há maior variação dos valores analisados segundo cada categoria em relação à média aritmética. O cálculo das medidas de tendência central e de dispersão terão como base os dados relacionados à insuficiência de renda por meio das três linhas de pobreza escolhidas. A análise comparativa realizada se dará apenas entre os valores encontrados, sem realizar um teste para avaliar se essa diferença é, ou não, estatisticamente significativa.

As bases de dados utilizadas foram obtidas na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE. A SIS foi criada em 1999 com o objetivo de elaborar um quadro sintético da situação de vida da população brasileira, reunindo informações fundamentais para o combate às desigualdades sociais. As principais áreas do estudo são educação, trabalho, distribuição de renda, habitação e grupos de maior vulnerabilidade, como são os casos das mulheres e das crianças. De 1999 a 2016, a principal fonte de informação era a PNAD. Com a mudança de metodologia, a partir daí passa-se a utilizar a PNAD Contínua, que possui um esquema de rotação de entrevistas com domicílios, ou seja, um domicílio específico é entrevistado pelo menos cinco vezes dentro da pesquisa. As principais diferenças entre esta e a anterior estão na abrangência geográfica (Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas), na periodicidade (passa de anual para trimestral), no tamanho da amostra, na idade limite e nos grupos avaliados em termos de trabalho e das pessoas desocupadas e ocupadas.

O Quadro 2 abaixo apresenta um resumo das três linhas de pobreza escolhidas, separadas entre as variáveis e as categorias de rendimentos, explicados a seguir.

Quadro 2 - Síntese dos dados analisados

Período de análise da obra	Variáveis	Categorias de rendimentos	Fonte
2012 a 2018	<b>1ª linha de pobreza:</b> Proporção de pessoas por classe de rendimentos mensal domiciliar per capita, com base em proporções do salário mínimo.	▪ <b>Extremamente Pobres:</b> até ¼ de salário-mínimo (R\$238,50)	SIS - PNAD Contínua
		▪ <b>Pobres:</b> mais de ¼ de salário-mínimo (R\$477)	
	<b>2ª linha de pobreza:</b> Proporção de pessoas por classe de rendimentos mensal domiciliar per capita, segundo os critérios para concessão do Programa Bolsa Família (PBF).	▪ <b>Extremamente Pobres:</b> até R\$89	
		▪ <b>Pobres:</b> mais de R\$89 a R\$178	
	<b>3ª linha de pobreza:</b> Proporção de pessoas por classe de rendimentos diários domiciliar per capita, estabelecido pelo Banco Mundial (BM).	▪ <b>Extremamente Pobres:</b> menos de US\$ 1,90	
		▪ <b>Pobres:</b> menos de US\$ 5,50	

Fonte: Elaborado pela autora.

Além das linhas de pobreza retiradas da SIS e do cálculo das medidas de tendência central e dispersão, no capítulo seis também são analisados alguns indicadores que, como visto na revisão teórica, são tradicionalmente associados à pobreza feminina, especialmente com relação à raça, domicílio e mercado de trabalho.

## 5 ANÁLISE DAS LINHAS DE POBREZA

Este capítulo analisa as linhas de pobreza que podem responder à problemática trazida pelo trabalho.

### 5.1 1ª LINHA DE POBREZA: CLASSES DE RENDIMENTOS MENSAIS COM BASE NAS PROPORÇÕES DO SALÁRIO MÍNIMO

A análise dos dados da PNAD-Contínua se deu pelo número total da população do Brasil, ou seja, as proporções apresentadas têm como base o número absoluto da população brasileira. A Tabela 1 apresenta a proporção de pessoas segundo as classes de rendimentos de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo (R\$238,50), consideradas como “extremamente pobres”, e de  $\frac{1}{4}$  (R\$238,50) até  $\frac{1}{2}$  (R\$477) de salário mínimo, consideradas como “pobres”, para os anos de 2012 a 2018 separados segundo o gênero.

Dentre os sete anos analisados, apenas em 2017 a proporção de homens vivendo na extrema pobreza (11,64%) foi maior que a proporção de mulheres para a mesma categoria de rendimento (11,62%). De modo geral, o ano de 2014 obteve uma redução na proporção de pessoas vivendo nesta faixa, tanto para homens e mulheres, porém em 2015, essa proporção volta a crescer e, em 2018, tem-se a maior representação de pessoas na extrema pobreza do país. No último ano analisado, há a maior diferença entre os gêneros, de 0,13 pontos percentuais a mais para o grupo de mulheres, o que significa que 12,7 milhões de mulheres se encontram na extrema pobreza, comparadas com 11,7 milhões de homens

Para a categoria “pobres”, há uma redução na proporção de pessoas entre 2012 e 2018, com uma queda de 13,2% na proporção de mulheres “pobres” e uma redução de 12,0% na proporção de homens “pobres”. Ainda assim, a representação de mulheres é maior em todos os anos considerados, com a maior discrepância por gênero acontecendo em 2013, quando 19,27% das mulheres eram consideradas “pobres”, frente a 18,69% dos homens.

Com base na Tabela 1, foram calculadas as medidas de estatística descritiva básica, apresentadas na Tabela 2. Considerando o período analisado, a proporção média de mulheres “extremamente pobres” de acordo com a 1ª linha de pobreza é superior à de homens. Entretanto, o desvio padrão e a variância foram maiores para os homens, o que indica que há uma maior variação dos indicadores masculinos de pobreza

Tabela 1 - Proporção de pessoas com base na 1ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil para os anos de 2012 a 2018

Período	Sexo	Total Absoluto (1 000 pessoas)	Extremamente Pobres: até ¼ de salário- mínimo (R\$238,50)	Pobres: mais de ¼ até ½ salário-mínimo (R\$ 477)
2018	<b>Total</b>	<b>207 743</b>	<b>11,80%</b>	<b>17,58%</b>
	Homens	100 310	11,74%	17,46%
	Mulheres	107 433	11,87%	17,69%
2017	<b>Total</b>	<b>206 089</b>	<b>11,63%</b>	<b>17,76%</b>
	Homens	99 670	11,64%	17,74%
	Mulheres	106 419	11,62%	17,77%
2016	<b>Total</b>	<b>204 407</b>	<b>11,69%</b>	<b>18,81%</b>
	Homens	99 084	11,67%	18,57%
	Mulheres	105 323	11,71%	19,02%
2015	<b>Total</b>	<b>202 727</b>	<b>10,33%</b>	<b>18,61%</b>
	Homens	98 286	10,31%	18,44%
	Mulheres	104 441	10,35%	18,76%
2014	<b>Total</b>	<b>200 963</b>	<b>9,60%</b>	<b>18,38%</b>
	Homens	97 304	9,54%	18,20%
	Mulheres	103 659	9,65%	18,56%
2013	<b>Total</b>	<b>199 249</b>	<b>11,02%</b>	<b>18,99%</b>
	Homens	96 647	10,97%	18,69%
	Mulheres	102 602	11,07%	19,27%
2012	<b>Total</b>	<b>197 529</b>	<b>11,84%</b>	<b>20,12%</b>
	Homens	95 763	11,83%	19,83%
	Mulheres	101 767	11,85%	20,39%

\*Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Fonte: Adaptado da PNAD-Contínua (2012-2018).

Por outro lado, para a categoria “pobres”, ainda de acordo com a Tabela 2, todas as medidas de tendência central e dispersão foram maiores para as mulheres.

Tabela 2 - Medidas de tendência central e dispersão da 1ª linha de pobreza segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Medidas	Extremamente pobres: até ¼ de salário-mínimo (R\$238,50)		Pobres: mais de ¼ até ½ salário-mínimo (R\$ 477)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Média</b>	11,0982	11,1612	18,4214	18,7807
<b>Variância da amostra</b>	0,7742	0,7383	0,5861	0,8582
<b>Desvio Padrão</b>	0,8799	0,8593	0,7655	0,9264
<b>Valor Mínimo</b>	9,535	9,652	17,463	17,691
<b>Valor Máximo</b>	11,834	11,869	19,834	20,394

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, de acordo com a 1ª linha de pobreza, embora as mulheres sejam mais representativas nos dois grupos avaliados, parecem existir poucas diferenças de gênero para a população considerada extremamente pobre (com rendimento de até ¼ (R\$238,50) de salário mínimo), que se encontra em torno de 11,1% quanto aos dois gêneros. Entretanto, a discrepância se amplia na categoria pobres (rendimentos de ¼ (R\$238,50) até ½ (R\$477) de salário mínimo). Nesta, os diferenciais de participação masculina e feminina são mais pronunciados. Levando isso em consideração, para responder à problemática da pesquisa com base na análise da 1ª linha de pobreza, as mulheres brasileiras foram mais afetadas com o fenômeno principalmente entre aquelas consideradas “pobres” durante os anos de 2012 a 2018

## 5.2 2ª LINHA DE POBREZA: CLASSES DE RENDIMENTOS MENSAIS COM BASE NOS REQUISITOS EXIGIDOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A 2ª linha de pobreza escolhida para a pesquisa se utiliza dos requisitos exigidos para concessão do Programa Bolsa Família. A Tabela 3 contém a proporção de pessoas por classe de rendimentos para “extremamente pobres” e “pobres”, segundo o gênero para os anos de 2012 a 2018. Neste caso, são considerados como extremamente pobres pessoas vivendo com até R\$ 89 mensal, e pobres pessoas com rendimentos entre R\$ 89 até R\$ 178. A análise dos dados retirados da PNAD-Contínua se deu pelo número absoluto da população do Brasil para os respectivos anos.

Em termos de evolução do número de pessoas extremamente pobres, 2014 registrou uma redução geral na proporção de indivíduos vivendo com até R\$ 89, porém a trajetória se reverte a partir de 2015, quando volta a se ampliar. Entre 2012 e 2018, houve um aumento de 32,6% de mulheres extremamente pobres frente à ampliação de 30,3% de homens.



Para os anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, a proporção de mulheres extremamente pobres foi maior que a proporção de homens e, em 2016, comparado ao ano anterior, houve uma taxa de crescimento para elas de 29%, sendo o maior aumento dentre os sete anos analisados. Para os demais anos (2012, 2017 e 2018), a proporção de homens extremamente pobres é mais representativa e é em 2012 que ocorre a maior discrepância entre os gêneros: 3,22% de homens são considerados extremamente pobres (3,0 milhões), comparado com 3,11% de mulheres (3,1 milhões), porém mesmo com a proporção maior para os homens, o número absoluto de mulheres extremamente pobres ainda é mais elevado que os homens.

Para a categoria “pobres”, o comportamento é um pouco diferente. Os anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2018 têm uma proporção maior de mulheres e, nos anos restantes, a diferença, embora mais representativa de homens, é muito pequena. Em 2014 também houve uma redução na proporção de mulheres e homens pobres, porém em 2015 os números voltam a crescer até o último ano da análise. A maior discrepância segundo o gênero se dá em 2018, com 4,07% de mulheres pobres (4,3 milhões) comparado com 3,92% de homens (3,9 milhões).

Com base na Tabela 3, foram calculadas as medidas de estatística descritiva básica apresentadas na Tabela 4. A proporção média de homens e mulheres extremamente pobres é muito próxima (em torno de 3,2%), ainda que eles sejam mais numerosos. Além disso, a variância e o desvio padrão foram novamente mais elevados para a proporção de homens. Para a categoria “pobres”, todas as medidas indicam que as mulheres são mais numerosas, repetindo-se o comportamento da 1ª linha de pobreza. Ademais, a variância da amostra e o desvio padrão obtiveram valores baixos, o que sugere certa estabilidade no comportamento do fenômeno para os anos considerados.

Diante disso, com base na 2ª linha de pobreza avaliada, que segue os requisitos exigidos pelo Programa Bolsa Família, reforçam-se as conclusões dos limites associados a 1ª linha de pobreza: entre os extremamente pobres, agora com maior representação de homens, as diferenças de gênero são ínfimas, de modo a não se poder afirmar que as mulheres são mais afetadas pela pobreza. Entretanto, para a categoria “pobres”, a proporção de mulheres é superior e as diferenças se ampliam, indicando que, nestes casos, elas são mais afetadas pelo fenômeno entre 2012 e 2018.

Tabela 3 - Proporção de pessoas com base na 2ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Período	Sexo	Total Absoluto (1 000 pessoas)	Extremamente Pobres: até R\$89	Pobres: mais de R\$89 até R\$178
2018	<b>Total</b>	<b>207 743</b>	<b>4,16%</b>	<b>4,00%</b>
	Homens	100 310	4,19%	3,92%
	Mulheres	107 433	4,12%	4,07%
2017	<b>Total</b>	<b>206 089</b>	<b>4,06%</b>	<b>3,98%</b>
	Homens	99 670	4,09%	3,99%
	Mulheres	106 419	4,02%	3,98%
2016	<b>Total</b>	<b>204 407</b>	<b>3,46%</b>	<b>4,08%</b>
	Homens	99 084	3,44%	4,09%
	Mulheres	105 323	3,49%	4,08%
2015	<b>Total</b>	<b>202 727</b>	<b>2,69%</b>	<b>3,71%</b>
	Homens	98 286	2,68%	3,64%
	Mulheres	104 441	2,70%	3,77%
2014	<b>Total</b>	<b>200 963</b>	<b>2,38%</b>	<b>3,53%</b>
	Homens	97 304	2,36%	3,53%
	Mulheres	103 659	2,40%	3,54%
2013	<b>Total</b>	<b>199 249</b>	<b>2,65%</b>	<b>4,12%</b>
	Homens	96 647	2,63%	4,07%
	Mulheres	102 602	2,67%	4,17%
2012	<b>Total</b>	<b>197 529</b>	<b>3,16%</b>	<b>4,40%</b>
	Homens	95 763	3,22%	4,35%
	Mulheres	101 767	3,11%	4,45%

\*Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano  
 Fonte: Adaptado da PNAD-Contínua (2012-2018).

Tabela 4 - Medidas de tendência central e dispersão da 2ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Medidas	Extremamente Pobres: até R\$89		Pobres: mais de R\$89 até R\$178	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Média</b>	3,2294	3,2171	3,9405	4,0073
<b>Variância da amostra</b>	0,5203	0,4652	0,0782	0,0853
<b>Desvio Padrão</b>	0,7213	0,6821	0,2796	0,2921
<b>Valor Mínimo</b>	2,3595	2,4004	3,5298	3,5358
<b>Valor Máximo</b>	4,1890	4,1238	4,3497	4,4522

Fonte: Elaborado pela autora.

### 5.3 3ª LINHA DE POBREZA: CLASSES DE RENDIMENTOS DIÁRIOS ESTABELECIDOS PELO BANCO MUNDIAL

A última linha de pobreza analisada utiliza a classificação de rendimentos diários estabelecida pelo Banco Mundial. A Tabela 5 apresenta a proporção de pessoas vivendo com menos de US\$1,90 por dia (extrema pobreza) e menos de US\$5,50 por dia (pobreza), segundo o gênero no Brasil. A análise dos dados, retirados da PNAD-Contínua, teve como base o número total da população do Brasil para os respectivos anos avaliados.

Para a categoria de extremamente pobres, repetindo resultados já observados, o ano de 2014 teve a maior redução para ambos os gêneros, mas em 2015 os números voltam a crescer até 2018. No período analisado, houve um crescimento de 14% na proporção de mulheres extremamente pobres (ou seja, cerca de 5,8 milhões de mulheres encontravam-se em condição de extrema pobreza em 2012, números que se ampliam para cerca de 7 milhões em 2018), enquanto para os homens a ampliação foi de 12%. Ademais, a proporção de mulheres é maior em quase todos os anos, com exceção de 2012 e 2017.

Para a classe de rendimentos diários de até US\$5,50, considerados como “pobres”, houve uma redução no montante de pessoas assim classificadas no período, sendo a queda de 5% para as mulheres e de 5% para os homens. Mesmo que tenha ocorrido uma redução entre 2012 e 2018, as mulheres ainda foram mais afetadas pela pobreza no Brasil, já que em todos os anos analisados a proporção delas está acima da proporção masculina. O ano que apresentou a maior discrepância entre os gêneros foi 2013, com 25,07% de mulheres pobres (25,7 milhões) frente a 24,69% de homens pobres (23,8 milhões).

Tabela 5 - Proporção de pessoas com base na 3ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Período	Sexo	Total (1 000 pessoas)	Extremamente Pobres: menos de US\$ 1,90 <sup>(1)</sup>	Pobres: menos de US\$ 5,50 <sup>(1)</sup>
2018	<b>Total</b>	<b>207 743</b>	<b>6,52%</b>	<b>25,28%</b>
	Homens	100 310	6,48%	25,21%
	Mulheres	107 433	6,55%	25,35%
2017	<b>Total</b>	<b>206 089</b>	<b>6,44%</b>	<b>26,00%</b>
	Homens	99 670	6,46%	25,98%
	Mulheres	106 419	6,41%	26,03%
2016	<b>Total</b>	<b>204 407</b>	<b>5,84%</b>	<b>25,51%</b>
	Homens	99 084	5,83%	25,37%
	Mulheres	105 323	5,84%	25,65%
2015	<b>Total</b>	<b>202 727</b>	<b>4,89%</b>	<b>23,69%</b>
	Homens	98 286	4,86%	23,63%
	Mulheres	104 441	4,92%	23,75%
2014	<b>Total</b>	<b>200 963</b>	<b>4,49%</b>	<b>22,80 %</b>
	Homens	97 304	4,46%	22,62 %
	Mulheres	103 659	4,53%	22,96 %
2013	<b>Total</b>	<b>199 249</b>	<b>5,10%</b>	<b>24,89 %</b>
	Homens	96 647	5,06%	24,69 %
	Mulheres	102 602	5,13%	25,07 %
2012	<b>Total</b>	<b>197 529</b>	<b>5,76%</b>	<b>26,46 %</b>
	Homens	95 763	5,77%	26,32 %
	Mulheres	101 767	5,75%	26,59%

<sup>(1)</sup> Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes

Fonte: Adaptado da PNAD-Contínua (2012-2018).

Com base na Tabela 5, foram calculadas as medidas de estatística descritiva básica para a 3ª linha de pobreza, apresentadas na Tabela 6. Elas reforçam as características da 1ª linha de pobreza, já que a representatividade de mulheres extremamente pobres é maior, mas ela não

é muito distinta do percentual de homens pobres (em torno de 5,5%), sendo a variância e o desvio padrão mais elevados para a proporção de homens, apresentando maior variabilidade no período analisado. No caso dos extremamente pobres, mantém-se a maior representatividade entre as mulheres (cerca de 25%), ampliando a distância com relação aos homens (de 24,8%). Para eles, mais uma vez, os indicadores são mais sensíveis a variações.

Tabela 6 - Medidas de tendência central e dispersão da 3ª linha de pobreza, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Medidas	Extremamente Pobres: menos de US\$1,90		Pobres: menos de US\$5,50	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Média</b>	5,5618	5,5899	24,8305	25,0583
<b>Variância da amostra</b>	0,6217	0,5795	1,7136	1,6379
<b>Desvio Padrão</b>	0,7885	0,7612	1,309	1,2798
<b>Valor Mínimo</b>	4,4612	4,5265	22,6243	22,9621
<b>Valor Máximo</b>	6,4823	6,5482	26,318	26,5897

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na 3ª linha de pobreza escolhida, com rendimentos diários estabelecidos pelo Banco Mundial de até US\$1,90, embora o número de mulheres que se enquadram na extrema pobreza seja maior, a representatividade é similar àquela observada para os homens (5,5%). Neste caso, novamente não é possível afirmar que as mulheres são, de fato, mais afetadas pela pobreza de renda extrema no período considerado. Para a categoria “pobres”, por outro lado, a proporção de mulheres é levemente superior à de homens, de modo que nesta situação os impactos sobre elas parecem ser mais significativos.

## 6 POSSÍVEIS DETERMINANTES DE INTENSIFICAÇÃO DA POBREZA FEMININA NO BRASIL

No capítulo anterior foi identificado que as mulheres foram mais afetadas segundo as classes de rendimentos estabelecidas para os “pobres” conforme as três linhas de pobreza escolhidas. Ou seja, havia mais mulheres pobres entre as mulheres do que homens pobres entre os homens. Esse comportamento de incidência, entretanto, não é observado para a extrema pobreza no Brasil no período considerado, de modo que a miséria seria neutra quanto ao gênero.

As disparidades observadas na pobreza, mas não na extrema pobreza, podem estar relacionadas a variáveis que impactam de modo distinto mulheres e homens na sociedade e que, por seu turno, ocasionaram a intensificação da pobreza feminina ou o seu maior permanecimento nela. Para refletir sobre isso, o presente trabalho destaca alguns indicadores baseados nos resultados encontrados pelos autores referenciados no capítulo 3, como por exemplo Melo (2005), Costa *et al* (2005), Silva (2013) e Santos (2015).

### 6.1 RAÇA E COR

A discriminação racial possui um peso elevado nos resultados socioeconômicos da sociedade brasileira. Segundo Silva (2013), quando a pobreza é estudada, o fator racial deve ser levado em consideração pois os enfrentamentos das mulheres brancas não são os mesmos das mulheres pretas, para as quais o fenômeno é mais presente e recorrente. O cruzamento da cor com as três linhas de pobreza utilizadas no capítulo anterior é apresentado na Tabela 9.

Segundo os dados retirados da PNAD-Contínua, a população brasileira possui um número de mulheres pretas ou pardas mais elevado, em todo o período analisado se comparado com o número de mulheres brancas e de homens brancos e pretos ou pardos. Em termos absolutos, portanto, se a pobreza reflete a distribuição populacional, é esperado que elas sejam mais impactadas pelo fenômeno. Entretanto, ao se considerar as três linhas de pobreza trabalhadas, não somente a quantidade de mulheres pretas ou pardas é maior, como o percentual daquelas que são pobres é superior aos demais grupos, especialmente quando contrastado com os brancos. Assim, quando inserida a categoria raça na análise, a diferença entre o percentual de mulheres brancas e mulheres pretas ou pardas é muito divergente, indicando uma maior incidência da pobreza no Brasil sobre as mulheres pretas ou pardas.

Na extrema pobreza, comparando os resultados de 2012 e 2018, é possível observar que as mulheres pretas ou pardas que compõem esse grupo reduziram sua participação na 1ª linha de pobreza em 4,54%, enquanto na 2ª linha de pobreza houve crescimento de 33,02%, e na 3ª linha, expansão de 8,67%. Na categoria pobre, por outro lado, há redução entre as mulheres pretas ou pardas em todas as linhas consideradas: -14,24% na primeira, - 16,19% na segunda e - 7,62% na terceira. Ainda assim, a incidência da pobreza ainda recai com maior intensidade sobre essas mulheres se comparadas com as brancas. Esse fator de incidência da pobreza, principalmente sobre as mulheres pretas ou pardas, pode ser justificado, segundo Silva (2013), pela maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, pela maior dificuldade de obtenção de rendimentos. Logo, a raça ou cor da pele pode, de fato, ser considerada um determinante de intensificação da pobreza no Brasil e, na população preta ou parda, as mulheres são o grupo no qual esse fenômeno é ainda mais exacerbado.

Tabela 7 - Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo raça e gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Período	Sexo e cor ou raça (1)	Total absoluto (1 000 pessoas)	1ª linha de pobreza: Extremamente Pobres (até ¼ de salário-mínimo)	1ª linha de pobreza: Pobres (mais de ¼ a ½ salário-mínimo)	2ª linha de pobreza: Extremamente Pobres (até R\$89)	2ª linha de pobreza: Pobres (mais de R\$89 a R\$178)	3ª linha de pobreza: Extremamente Pobres (menos de US\$ 1,90 por dia) (2)	3ª linha de pobreza: Pobres (menos de US\$ 5,50 por dia) (2)
2012	Homens brancos	43 571	6,2%	13,9%	1,9%	1,9%	3,0%	15,9%
	Homens pretos ou pardos	51 522	16,6%	24,9%	4,3%	6,4%	8,2%	35,2%
	Mulheres brancas	48 534	6,4%	14,3%	2,0%	2,0%	3,1%	16,3%
	Mulheres pretas ou pardas	52 487	16,9%	26,1%	4,1%	6,7%	8,2%	36,2%
2013	Homens brancos	43 542	5,7%	13,0%	1,5%	1,8%	2,5%	14,9%
	Homens pretos ou pardos	52 487	15,4%	23,5%	3,5%	6,0%	7,2%	33,0%
	Mulheres brancas	48 575	5,8%	13,2%	1,6%	1,8%	2,7%	15,0%
	Mulheres pretas ou pardas	53 303	15,9 %	24,9%	3,6%	6,3%	7,3%	34,4%
2014	Homens brancos	43 791	5,0%	12,0%	1,4 %	1,6%	2,4%	13,5%
	Homens pretos ou pardos	52 812	13,3%	23,4%	3,1%	5,1%	6,2%	30,3%
	Mulheres brancas	48 993	5,1%	12,3%	1,4%	1,6%	2,4%	13,6%
	Mulheres pretas ou pardas	53 876	13,9%	24,4%	3,3%	5,3%	6,5%	31,6%
2015	Homens brancos	43 747	5,4%	12,8%	1,6%	1,6%	2,5%	14,2%
	Homens pretos ou pardos	53 852	14,3%	23,2%	3,6%	5,3%	6,8%	31,4%
	Mulheres brancas	48 587	5,4%	12,8%	1,6%	1,7%	2,6%	14,1%
	Mulheres pretas ou pardas	55 138	14,8%	24,1%	3,7%	5,6%	7,0%	32,4%
2016	Homens brancos	42 976	6,2%	12,6%	2,0%	2,0%	3,2%	15,2%
	Homens pretos ou pardos	55 251	15,9%	23,4%	4,6%	5,7%	7,9%	33,4%
	Mulheres brancas	47 608	6,2%	12,8%	2,0%	1,9%	3,1%	15,2%
	Mulheres pretas ou pardas	56 733	16,4%	24,4%	4,8%	5,9%	8,2%	34,6%
2017	Homens brancos	42 783	6,3%	12,4%	2,2%	2,0%	3,4%	16,2%
	Homens pretos ou pardos	56 013	15,8%	21,9%	5,5%	5,5%	8,8%	33,6%
	Mulheres brancas	47 320	6,3%	12,0%	2,3%	2,0%	3,5%	15,8%
	Mulheres pretas ou pardas	58 051	16,0%	22,6%	5,4%	5,6%	8,8%	34,5%
2018	Homens brancos	42 393	6,5%	12,1%	2,5%	2,0%	3,6%	15,6%
	Homens pretos ou pardos	56 864	15,6%	21,5%	5,5%	5,3%	8,6%	32,4%
	Mulheres brancas	47 228	6,5%	11,9%	2,4%	2,1%	3,6%	15,2%
	Mulheres pretas ou pardas	59 036	16,1%	22,3%	5,5%	5,6%	8,9%	33,5%

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

(2) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

Fonte: IBGE, PNAD-Contínua (2012-2018), consolidado de primeiras entrevistas.



## 6.2 RESPONSABILIDADE PELO DOMICÍLIO

Para tentar compreender a incidência da pobreza feminina é fundamental também olhar para as características dos domicílios, uma vez que, segundo Costa *et al* (2005) e Melo (2005), os domicílios em que as mulheres são chefes de família possuem uma maior tendência a serem mais afetadas pelo fenômeno, tornando-se mais vulneráveis quando comparadas às chefias masculinas. A fim de refletir sobre isso, a Tabela 10 apresenta a proporção de pessoas segundo arranjos domiciliares, separados em mulheres sem cônjuge e com filho(s), mulheres brancas sem cônjuge e com filho(s) e mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filho(s), para os anos de 2012 a 2018 de acordo com as três linhas de pobreza utilizadas no presente trabalho.

No ano de 2018, comparado com 2012, houve um aumento da extrema pobreza para as mulheres que administravam suas casas com filho(s) e sem a presença de um cônjuge. Na 1ª linha de pobreza, há um incremento de 18%, na 2ª linha, de 52% e, na 3ª linha, de 35%. Quando separadas por raça, o percentual de mulheres pretas ou pardas que administravam suas casas com filho(s) e sem a presença de um cônjuge foi mais elevado para todos os anos analisados.

Para a categoria “pobres”, os resultados são um pouco distintos porque, ao comparar 2012 com 2018, a 1ª linha de pobreza indica uma redução de 11% entre as mulheres sem cônjuge e com filhos, enquanto na 2ª e 3ª linhas, amplia-se em 14,93% e 4,05%, respectivamente. Com relação à cor, entretanto, reforça-se o anterior: os dados apresentados para os domicílios compostos por mulheres pretas ou pardas e com filho(s) foram mais expressivos se comparados com domicílios chefiados por mulheres brancas.

Somadas às dificuldades de inserção no mercado de trabalho já referenciadas e sendo as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos (o que dificulta ainda mais as possibilidades de um emprego estável), as mulheres chefes de família adensam o grupo de pobres e extremamente pobres no país. Assim, como destacado por Melo (2005) e Costa *et al* (2005), é possível identificar uma incidência mais elevada da pobreza nos domicílios chefiados apenas por mulheres, sejam elas brancas ou pretas e pardas, conforme as três linhas de pobreza escolhidas no Brasil para os anos de 2012 a 2018.

Tabela 8 - Proporção de pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita, segundo arranjos domiciliares no Brasil, para os anos de 2012 a 2018

Período	Moradores em arranjos domiciliares do tipo	Total absoluto (1 000 pessoas)	1ª linha de pobreza: Extremamente Pobres (até ¼ de salário-mínimo)	1ª linha de pobreza: Pobres (mais de ¼ a ½ salário-mínimo)	2ª linha de pobreza: Extremamente Pobres (até R\$89)	2ª linha de pobreza: Pobres (mais de R\$89 a R\$178)	3ª linha de pobreza: Extremamente Pobres (menos de US\$ 1,90 por dia) (1)	3ª linha de pobreza: Pobres (menos de US\$ 5,50 por dia) (1)
2012	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 256	28,3%	32,0%	8,5%	10,7%	15,2%	53,5%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	4 048	17,4%	27,8%	5,6%	5,8%	8,8%	38,9%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 113	34,4%	34,3%	10,2%	13,5%	18,9%	62,0%
2013	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 670	28,3%	31,3%	6,9%	12,6%	14,5%	52,8%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	4 107	15,6%	28,3%	4,2%	5,3%	7,8%	37,6%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 489	35,3%	33,1%	8,5%	16,5%	18,1%	61,3%
2014	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 418	25,1%	32,7%	6,8%	10,4%	13,7%	50,0%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	4 063	15,2%	26,1%	3,9%	6,3%	8,1%	34,7%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 290	30,8%	36,2%	8,5%	12,8%	16,9%	58,5%
2015	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 162	28,6%	31,2%	7,9%	11,4%	15,0%	53,0%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 683	18,5%	25,8%	4,8%	7,0%	9,3%	37,6%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 411	33,6%	33,9%	9,5%	13,6%	17,9%	60,7%
2016	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 200	31,9%	30,4%	11,1%	11,6%	18,3%	56,2%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 762	20,1%	25,2%	5,5%	9,2%	11,5%	39,7%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 338	38,2%	33,0%	14,0%	13,0%	21,9%	64,7%
2017	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 295	32,7%	28,6%	11,5%	12,5%	19,8%	57,0%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 659	21,3%	24,4%	6,4%	8,4%	12,1%	41,6%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 543	38,1%	30,7%	14,0%	14,5%	23,5%	64,5%
2018	Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11 585	33,4%	28,4%	12,9%	12,3%	20,6%	55,7%
	Mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	3 609	22,7%	24,0%	7,7%	9,7%	13,9%	39,6%
	Mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	7 825	38,3%	30,5%	15,3%	13,5%	23,7%	63,0%

(1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes. Fonte: IBGE, PNAD-Contínua (2012-2018), consolidado de primeiras entrevistas.

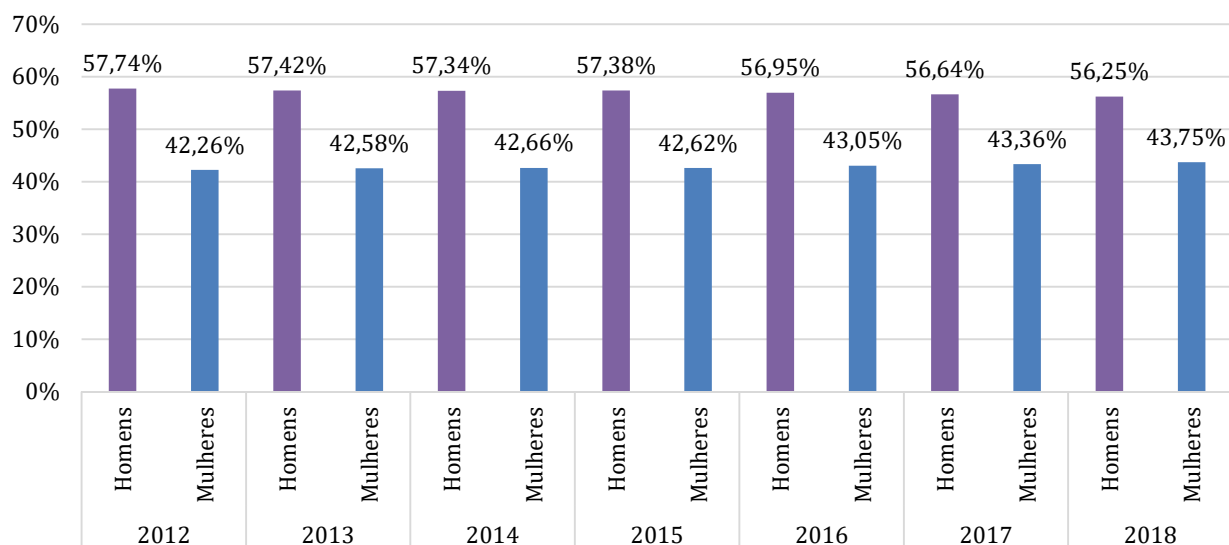
### 6.3 MERCADO DE TRABALHO

As análises anteriores, do componente racial e de chefia do domicílio, já destacaram a possibilidade de que a maior participação de mulheres na pobreza decorra das oportunidades associadas ao mercado de trabalho. Isso é ainda mais importante diante do resultado, nas três linhas de pobreza trabalhadas, de que a maior representatividade feminina se dá para aqueles considerados “pobres”, mas não para os “extremamente pobres”. Se este é o caso, o fator salário pode vir a ser uma justificativa da maior incidência das mulheres na pobreza no Brasil.

Para Costa *et al* (2005), os possíveis determinantes da pobreza feminina estão relacionados a uma maior desigualdade no mercado de trabalho, o que significa que as mulheres têm uma inserção laboral mais precarizada e, portanto, incorrem em menores salários se comparados aos masculinos. Para Melo (2005) a dificuldade encontrada se dá principalmente no acesso ao mercado de trabalho, que pode vir a intensificar a pobreza. Seguindo essa linha, Santos (2015) destaca que melhores oportunidades de trabalho contribuem para uma melhor autonomia financeira das mulheres e, conseqüentemente, diminui a vulnerabilidade diante da pobreza a que elas estão expostas.

O primeiro indicador escolhido para analisar o comportamento das mulheres no mercado de trabalho é a proporção da população ocupada entre 14 e 60 anos, retirados da SIS para o período de 2012 a 2018. Conforme Gráfico 1, é possível identificar que os homens são maioria em relação a população ocupada em todos os anos analisados, ainda que elas tenham ampliado sua participação relativa (em 2012, o número de ocupadas era de 37 milhões, passando para 40 milhões em 2018). Se há um crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho no período considerado, concomitante à participação mais acentuada na pobreza, é possível que as características dele não rompam com as condições de vulnerabilidade feminina.

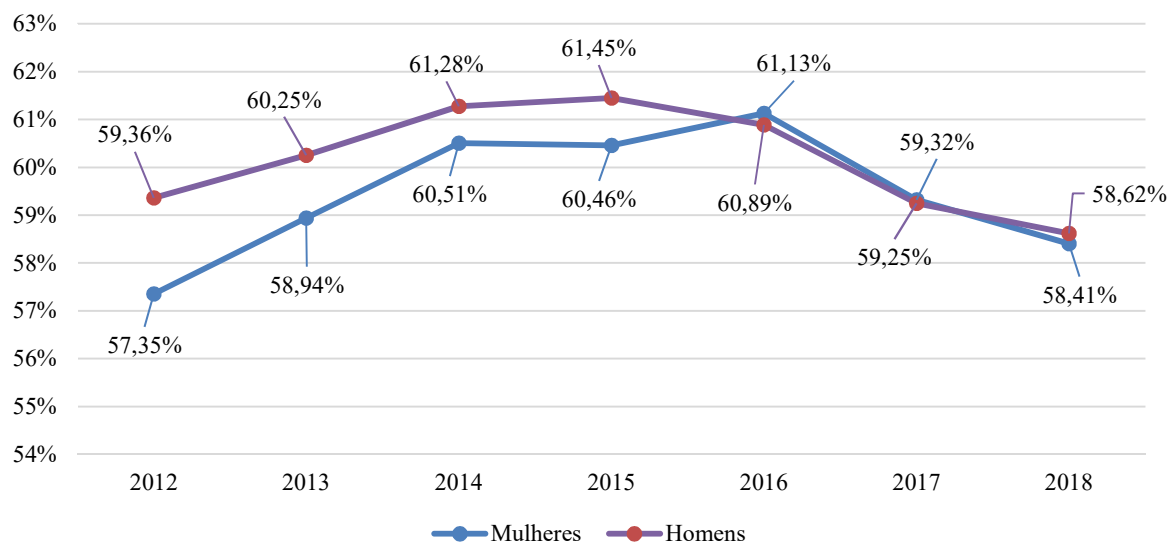
Gráfico 1 - Proporção da população ocupada de 14 a 60 anos, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados PNAD-Contínua (2012-2018).

O Gráfico 2 apresenta os dados referentes ao trabalho formal segundo gênero no Brasil. Houve um processo de formalização do mercado de trabalho até 2015 que impactou significativamente as mulheres: em 2012, a proporção de mulheres formalizadas era inferior à proporção de homens, mas em 2016 elas superam a formalização masculina, a partir do qual mantêm-se em valores similares. Esse aumento das mulheres no trabalho formal até 2016 pode estar relacionado à redução da pobreza sofrida pelas mulheres de 2012 a 2014 para as três linhas de pobreza analisadas no capítulo anterior. Por outro lado, o crescimento da informalidade no último triênio da série poderia ser considerado como um determinante indireto de maior incidência das mulheres na pobreza, visto que o trabalho informal tende a ser menos seguro e com rendimentos e benefícios menores quando comparado com o trabalho formal.

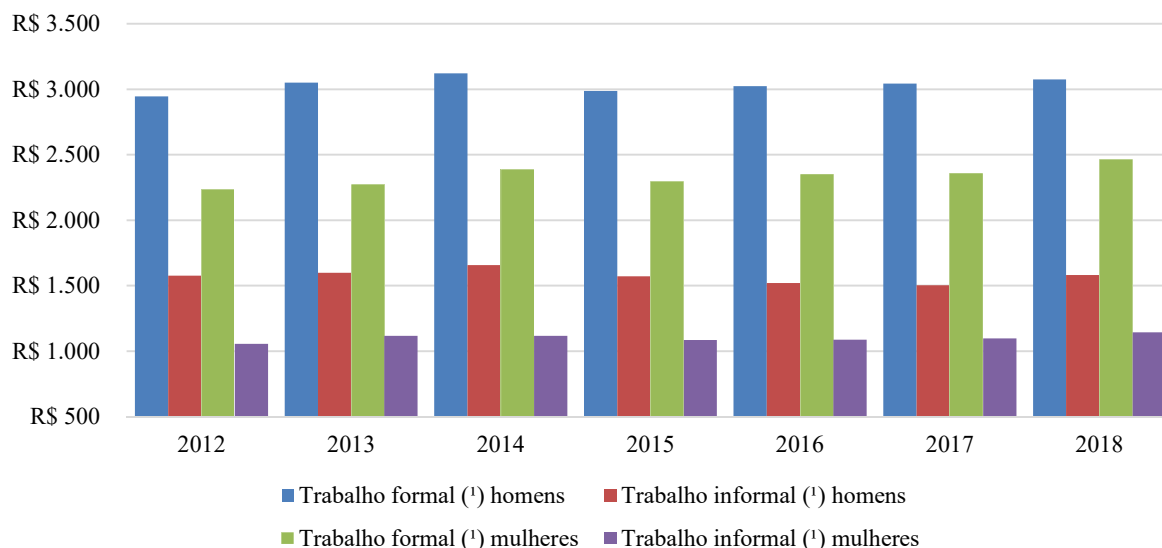
Gráfico 2 - Proporção de pessoas em trabalho formal <sup>(1)</sup>, segundo gênero no Brasil, para os anos de 2012 a 2018



<sup>(1)</sup> Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.  
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados PNAD-Contínua (2012-2018).

As dificuldades encontradas pelas mulheres no mercado de trabalho não se limitam somente à questão da informalidade, mas como essa inserção acaba se relacionando com as diferenciações de salários de gênero que, enquanto componentes fundamentais da renda, podem vir a ser fatores importantes na incidência da pobreza feminina no Brasil. Para isso, o Gráfico 3 apresenta o rendimento médio do trabalho formal e informal para mulheres e homens durante os anos de 2012 a 2018 no Brasil. Ainda que essa variável não seja a mais adequada, por desconsiderar características dos trabalhadores e dos postos de trabalho ocupados, é evidente a grande disparidade existente e que é mantida ao longo do tempo: o rendimento médio para trabalho formal dos homens (faixa de R\$3.000) é mais acentuado que o rendimento médio das mulheres (faixa de R\$2.300). Esse fator se repete para o rendimento médio do trabalho informal, para os homens (faixa de R\$1.500) e para as mulheres (faixa de R\$1.000), mesmo que as mulheres sejam maioria na população ocupada informal.

Gráfico 3 - Rendimento médio real para trabalho formal <sup>(1)</sup> e informal, segundo gênero no Brasil para os anos de 2012 a 2018



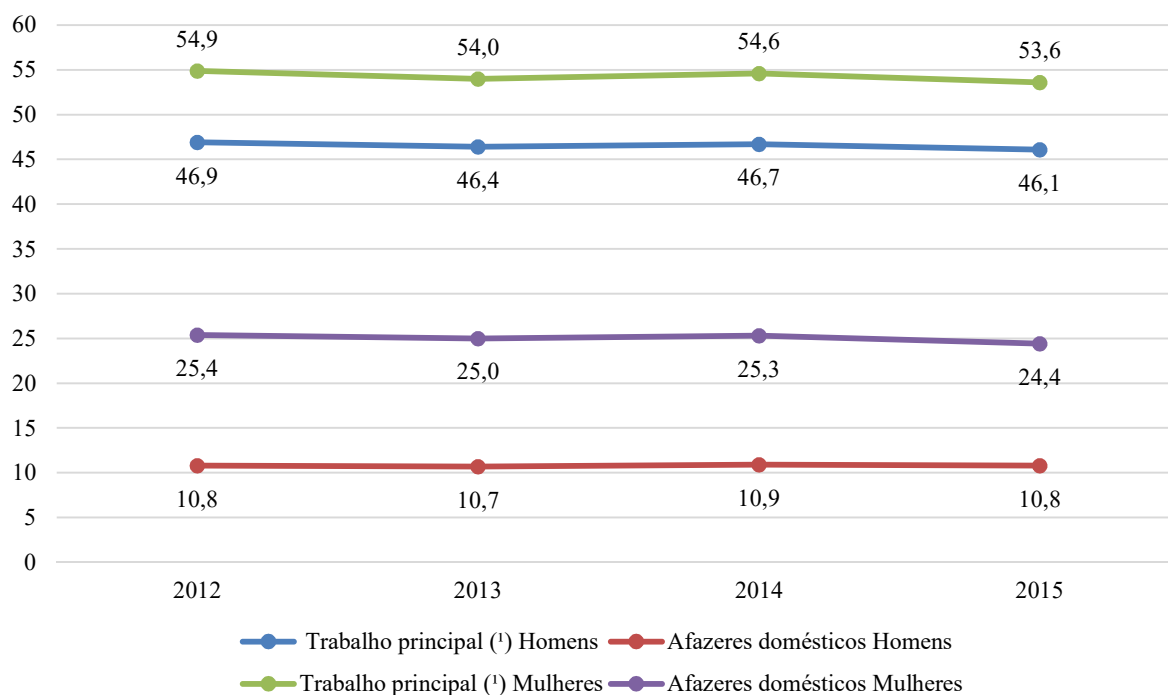
<sup>(1)</sup> Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados PNAD-Contínua (2012-2018).

Uma das justificativas para esse diferencial de rendimentos está associado às possibilidades de dedicar-se ao trabalho remunerado. Daí a importância de comparar tempos de trabalho (remunerado e não remunerado). Para isso, o Gráfico 4 apresenta o tempo gasto, em média, com o trabalho principal e os afazeres domésticos para homens e mulheres, durante os anos de 2012 a 2015 no Brasil<sup>15</sup>. É possível identificar que, em média, as mulheres despendem mais tempo no trabalho, cerca de 54 horas semanais, comparado com 46 horas semanais para os homens. Essa diferença, entretanto, decorre do peso dos afazeres domésticos, quando elas gastam cerca de 25 horas por semana comparado a 10 horas dos homens. Daí, é evidente que o tempo disponível no mercado de trabalho e para as atividades remuneradas é muito mais baixo. Isso, somado à forma de inserção laboral (fatores que, aliás, intensificam-se mutuamente), gera menores possibilidades de romper com o ciclo da pobreza a que estão submetidas, especialmente se forem considerados os casos de chefia familiar com filhos.

<sup>15</sup> A série não possui os dados para todos os anos avaliados, mas há certa estabilidade no tempo de trabalho. Nesse caso, não seria esperado grandes modificações para o período não capturado no Gráfico.

Gráfico 4 - Tempo médio de trabalho (em horas semanais), segundo trabalho principal (¹) e afazeres domésticos, conforme gênero no Brasil para os anos de 2012 a 2018



(¹) Equivale à soma da jornada despendida no trabalho principal e nos afazeres domésticos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados retirados do IPEA (2017).

As três áreas analisadas neste capítulo (Mercado de Trabalho, Domicílios e Raça) se somam para refletir sobre as influências diretas ou indiretas nos níveis de pobreza feminina, especialmente para a categoria “pobre”, quando é possível considerar que o indivíduo conta com alguma fonte de renda decorrente de atividades econômicas (no caso dos “extremamente pobres” se teria, portanto, uma situação neutra quanto ao gênero uma vez que as condições seriam tão críticas que as possibilidades de superação seriam as mesmas para homens e mulheres). Entretanto, não se reduz os impactos e o crescimento da pobreza feminina no Brasil somente a essas três áreas, visto que a incidência da pobreza feminina no período analisado pode vir a possuir outros determinantes que não foram analisados no âmbito desta pesquisa.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza é um problema global e seus impactos dependem das características econômicas, sociais e culturais de cada país. No quesito gênero, também é possível observar manifestações diversas, de modo que o presente trabalho busca analisar uma possível predominância das mulheres na pobreza de renda no Brasil, comparado com a pobreza de renda dos homens, para os anos de 2012 a 2018. Isso é realizado através da avaliação de três linhas de pobreza selecionadas.

De acordo com os dados, é possível afirmar que as mulheres foram mais afetadas pela pobreza de renda do que os homens na categoria “pobres”, mas para a categoria “extremamente pobres” a incidência da pobreza feminina não é observada.

A fim de justificar o porquê desse diferencial, que indicaria que a “extrema pobreza” é neutra quanto ao gênero, mas em um nível de renda acima os diferenciais de gênero ganham espaço (já que os “pobres” são mais representativos entre as mulheres que os homens), recorre-se a algumas variáveis amplamente citadas na literatura do tema. A partir destas, evidencia-se que as mulheres pretas ou pardas e as mulheres chefes de domicílios possuem uma maior predominância na incidência da pobreza no Brasil, o que se articula com a forma de inserção no mercado de trabalho, já que elas são menos representativas na população ocupada, possuem um rendimento médio menor que os homens e as mulheres trabalham em média mais horas semanais que eles (considerando os afazeres domésticos).

Diante das informações levantadas, fica evidente que, para que seja possível combater o fenômeno da pobreza, é fundamental compreender como ele atinge os indivíduos. Ainda que o presente trabalho indique que haja uma maior incidência de pobreza sobre as mulheres, olhar somente para a perspectiva de gênero não é suficiente, sendo imprescindível associá-la a outras características que reforçam o papel de vulnerabilidade feminina. Conhecer qual grupo é mais afetado pelo fenômeno e quais as particularidades desse grupo poderá auxiliar no desenho de medidas mais eficazes, afinal, por se tratar de um fenômeno complexo, complexo também é o processo de criação e implementação das políticas públicas na área.

A partir deste trabalho exploratório, é possível dar continuidade ao tema pesquisado. Alguns pontos sugeridos e que podem ser abordados em pesquisas futuras são: a relação entre salários e incidência de pobreza para as mulheres, a relação entre renda e os obstáculos impostos



às mulheres dentro do mercado de trabalho, uma análise mais aprofundada em relação à predominância de mulheres brancas e mulheres pretas na pobreza brasileira, entre outros.

## REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty**. Oxford: University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 7, 2007.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty**. Oxford: University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 32, 2009.
- ALKIRE, S.; SANTOS, E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. Oxford: University of Oxford, 2010.
- AMNISTIA, I. **La Trampa del Género: mujeres, violencia y pobreza**. Madrid: Amnistia Internacional, 2009.
- BANCO MUNDIAL, **A questão de gênero no Brasil**, PENA, Maria Valéria Junho & PITANGUY, J. (coords), Brasília, Unidade de Gênero e CEPIA, 2003.
- BANCO MUNDIAL. **Data for Brazil, Upper middle income**. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/?locations=BR-XT> Acesso em: 03 jun. 2020
- BANCO MUNDIAL. **O Banco Mundial prevê que a pobreza global caia abaixo de 10% pela primeira vez; obstáculos importantes permanecem na meta de erradicação da pobreza até 2030**. 2015. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030> Acesso em: 28 maio. 2020
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. A pobreza. Washington, D. C.: Banco Mundial, 1990. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/188701468322757498/pdf/PUB85070SPANIS1o0A1994100101PUBLIC1.pdf> Acesso em: 07 abr. 2020
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**. Luta contra pobreza. Washington, D.C: Banco mundial, 2000a. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/927161468164645652/pdf/226840PORTUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf> Acesso em: 07 abr. 2020
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2000**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2000b. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/462341468766204683/pdf/multi0page.pdf> Acesso em: 11 maio. 2020
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2009**. Washington D. C.: Banco Mundial, 2009. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/886211468340850838/pdf/541680WDI0200910Box345641B01PUBLIC1.pdf> Acesso em: 11 maio. 2020.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators 2016**. Washington D. C.: Banco Mundial, 2016. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/pt/805371467990952829/pdf/105051-PUB-ADD-DOI-ISBN-PUBLIC-World-Development-Indicators-2016.pdf> Acesso em: 11 maio. 2020.

BARROS, Ricardo; Fox, Louise; Mendonça, Rosane. **Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil**. Economic Development and Cultural Change, v.45, n.2, p.231-257, 1997.

BERQUÓ, Elza. **Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil**. In: Bruschini, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018**. Dispõe sobre o reajuste e valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do Programa Bolsa Família. Presidência da República, Brasília, DF, 2018. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9396.htm) Acesso: 17 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 1993. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm) Acesso: 17 nov. 2020.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. 2016. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC+%2520241/2016](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filename=PEC+%2520241/2016) Acesso em 16 nov. 2020

CAMPOS, Christiane S. S.; MEDEIROS, Rosa M. V. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio - trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS**. Outras Expressões/Clacso, Buenos Aires, 2011

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Concepções de pobreza e alguns desafios para a intervenção social**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº84, p. 66 – 89 nov. 2005.

CASTRO, Mary Garcia. **Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil (states of São Paulo and Bahia)-1950-1980**. University of Florida, 1989.

COSTA, Alfredo Bruto da. **Conceitos de Pobreza**, in Estudos de Economia, Vol IV, nº3, 1984.

COSTA, J. S. *et al.* **A face feminina da pobreza: Sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA (Texto para Discussão, 1137). 2005.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World 2013**. The multiple dimensions of food security. Rome, FAO. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/sofi/2013/en/> Acesso em: 28 maio. 2020

FERREIRA, Taís Regina da Silva; MARIN, Solange Regina. **Pobreza Multidimensional Feminina: Uma Aplicação Do Método Alkire Foster (Af) Nas Grandes Regiões Brasileiras Nos Anos De 2001 E 2011**. Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, [S.l.], v. 27, n. 1(49), mar. 2016. ISSN 1806-9029.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/25564/19261> Acesso em: 12 ago. 2020.

FERREIRA, F.; SÁNCHEZ-PÁRAMO, C. **A richer array of international poverty lines**. In: WORLD BANK. *Let's Talk Development*. Washington, DC, 2017. Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/richer-array-international-poverty-lines> Acesso em 02 jun. 2020

FIESS, Norbert M. e VERNER, Dorte. **The Dynamics of Poverty and its Determinants: The Case of the Northeast of Brazil and its States**. Washington D.C.: World Bank (versão preliminar), 2001.

FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre**. Em Del Priori, M. & Bassanezi, C. (Orgs.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 510 – 553). São Paulo: Contexto. 2004.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. **Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais**. *Científic@-Multidisciplinary Journal*. Goianésia, v. 3, n. 1, p. 74-89. 2016.

HOFFMANN, R, **Estatística Para Economistas**, 4ª ed., Cengage, 2006

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Rio de Janeiro: IBGE; 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Rio de Janeiro: IBGE; 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Metodológicas**, Volume 1, 20184. Rio de Janeiro: IBGE; 2014

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça — 1995-2015**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_ra\\_ca.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_ra_ca.pdf) Acesso em 23 nov 2020.

KAGEYAMA, A., HOFFMANN, R., **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1, 2006.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacidades**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, vol. 4, n.2, p.464-479, 1996.

LEKICH, Victoria. **Medidas de austeridade e o impacto nas políticas públicas de combate à violência contra mulher**. 2019.

MALTHUS, T. R. **An essay on the principle of population**. Amherst, NY: Prometheus, 1998.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **What do we mean by “feminization of poverty?”**. International Poverty Centre. One Pager, Brazil, n. 58, 2008. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager58.pdf> Acesso em: 20 jun. 2020.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**: Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MOGHADAM, V. The “**Feminization of Poverty**” and **Women’s Human Rights**. SHS Papers in Women’s studies/Gender Research, n. 2, jul., 2005. Paris: Unesco. Disponível em: [http://www.cpahq.org/cpahq/cpadocs/Feminization\\_of\\_Poverty.pdf](http://www.cpahq.org/cpahq/cpadocs/Feminization_of_Poverty.pdf) Acesso 24 nov. 2020.

MONTEIRO, C. **A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil**. Estudos Avançados, v. 17, n. 48, p. 7-20, 1 ago. 2003

NOVELLINO, Maria Salet. **Os Estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres**, Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais em setembro de 2004.

ONU Brasil. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimentosustentavel-da-onu/> Acesso em: 28 maio. 2020

ONU Brasil. **ODS 1**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods1/> Acesso em: 23 abr. 2020

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª Ed: Editora Feevale, 2013

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report 1995: Gender and Human Development**. Disponível em: <http://www.hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1995> Acesso em: 12 maio. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Human Development Report: Human Development to Eradicate Poverty**. Nova York, 1997. Disponível em:

[http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr\\_1997\\_en\\_complete\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf) Acesso em: 12 maio. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), **The State of Human Development. In: Human Development Report.** Consumption for Human Development, 1998. Disponível em:[http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/259/hdr\\_1998\\_en\\_complete\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/259/hdr_1998_en_complete_nostats.pdf) Acesso em: 12 maio. 2020.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso.** Revista Ciências Humanas. Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, v. 1, n. 1, p. 1-9. 2009

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011).** Estudos e Pesquisas, nº 492 - INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos, 2013.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro, 3. ed. FGV Editora, 2006.

SANTOS, Bruna Ramos dos. **Ascensão profissional feminina como instrumento para redução de pobreza: uma análise sobre desigualdades de gênero com ênfase racial.** UFRG, Porto Alegre, 2015.

SCHWARTZ, Rosana M. P. B.. **Beijing muito mais que palavras: a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas e as políticas públicas no Brasil.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro, editora FGV, 2004a.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** São Paulo: Augurium Editora. 2004b.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, T. S. **Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda.** In: MARCONDES, M. M. et al. (Org.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, p. 109, 2013.

SOARES, S. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais.** Brasília: IPEA (Texto para discussão nº 1381), 2009.

TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty.** Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.